

PLANO DE RECUPERAÇÃO VERDE DA AMAZÔNIA LEGAL

PRV

Resumo Executivo

Julho 2021
Consórcio Interestadual de Desenvolvimento
Sustentável da Amazônia Legal

PLANO DE RECUPERAÇÃO VERDE DA AMAZÔNIA LEGAL



Resumo Executivo

Julho 2021
Consórcio Interestadual de Desenvolvimento
Sustentável da Amazônia Legal

Expediente

GOVERNADORES

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

Antônio Waldez Góes da Silva
Governador do Estado do Amapá

Wilson Miranda Lima
Governador do Estado do Amazonas

Flávio Dino
Governador do Estado do Maranhão

Mauro Mendes
Governador do Estado do Mato Grosso

Helder Zehluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado de Rondônia

Antônio Denarium
Governador do Estado de Roraima

Mauro Carlesse
Governador do Estado do Tocantins

GT DE IMPLEMENTAÇÃO

Geraldo Israel Milani de Nogueira
Secretário de Meio Ambiente do Estado do Acre –
SEMA-AC

Ana Claudia Machado
Coordenadora de Captação e Gestão de projetos da
Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá –
SEMA-AP

Eduardo Costa Taveira
Secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade do
Estado do Amazonas – SEMA-AM

Diego Fernando Mendes Rolim
Secretário de Meio Ambiente e Recursos Naturais do
Estado do Maranhão – SEMA-MA

Mauren Lazzaretti
Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato
Grosso – SEMA-MT

José Mauro de Lima O' de Almeida
Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do
Estado do Pará – SEMAS-PA

Marcílio Leite Lopes
Secretário de Desenvolvimento Ambiental do Estado
de Rondônia – SEDAM-RO

Emerson Carlos Baú
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento do
Estado de Roraima – SEPLAN-RR

Marli Teresinha dos Santos
Diretora de Instrumentos de Gestão Ambiental da
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do
Estado de Tocantins – SEMARH-TO

COORDENAÇÃO

Zuleica Jacira Aires Moura
Secretária Executiva do Consórcio

Ticiane de Oliveira Álvares
Assessora Técnica do Consórcio

CONSULTORIA

Laura Barbosa de Carvalho
Economista e Professora Doutora da
Universidade de São Paulo

EQUIPE TÉCNICA

Denise Cidade Cavalcanti
Assessora Técnica do Consórcio

Beatriz Sakuma Narita
Assessora Técnica do Consórcio

Delma Santos de Andrade
Assessora Técnica da Rebras

APOIO INSTITUCIONAL

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Conservação Internacional (CI)

Open Society Foundation (OSF)

Representação Institucional do Governo do Maranhão
em Brasília – Rebras

Sumário



APRESENTAÇÃO	08
1. CONTEXTO E DIAGNÓSTICO	13
2. O QUE É UM PLANO DE RECUPERAÇÃO VERDE?	22
3. UM PLANO DE RECUPERAÇÃO VERDE PARA A AMAZÔNIA LEGAL	27
4. OBJETIVOS DO PRV	31
5. EIXOS DO PRV	32
6. PORTFÓLIO DE PROGRAMAS – FASE 1	38
EIXO 1 – FREIO AO DESMATAMENTO ILEGAL	40
EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO SUSTENTÁVEL	48
EIXO 3 – TECNOLOGIA VERDE E CAPACITAÇÃO	68
EIXO 4 – INFRAESTRUTURA VERDE	72
7. FINANCIAMENTO DO PLANO	76
8. COALIZÃO DE FORÇAS PELA RECUPERAÇÃO VERDE DA AMAZÔNIA	79
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81





Mato Grosso
Crédito: SECOM-MT

Apresentação

Um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia

Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança.

Thiago de Mello, poeta da Amazônia

A Amazônia legal brasileira é habitada por 30 milhões de pessoas e representa um enorme potencial para o Brasil. Preservar e desenvolver a região deve ser, portanto, uma prioridade para os brasileiros.

Conforme mostraremos neste resumo executivo, entretanto, esse potencial da biodiversidade não se traduz em bons indicadores de desenvolvimento humano à população. Pelo contrário: se comparada ao restante do país, a região amarga baixos índices econômicos e sociais, de empregos formais, de infraestrutura e de acesso a serviços básicos.

Da mesma forma, o desmatamento ilegal da Amazônia não melhora em nada a qualidade de vida ou a geração de empregos. A degradação ambiental aumenta as desigualdades e reduz a capacidade de geração de emprego formal e renda para os amazônidas, além de impor violência e danos sanitários.

Por isso, o Consórcio de Governadores da Amazônia Legal apresenta o Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal (PRV), desdobramento de seu Planejamento Estratégico. Trazemos à discussão um projeto de desenvolvimento regional para a Amazônia, por intermédio de uma estratégia de transição para uma economia verde, inspirado nas melhores práticas internacionais e baseado nas especificidades regionais.

O PRV deriva da necessidade de promover mudanças capazes de combater o desmatamento ilegal e reduzir a emissão de gases de efeito estufa, utilizando-se do potencial da floresta em pé para a geração de emprego e renda da população. Trata-se de um projeto que incorpora novas tecnologias para a produção e soluções sustentáveis na floresta, mas que também engloba a maioria da população, que vive nas cidades, através de investimentos em infraestrutura verde e serviços básicos que tenham efeitos multiplicadores ao desenvolvimento.

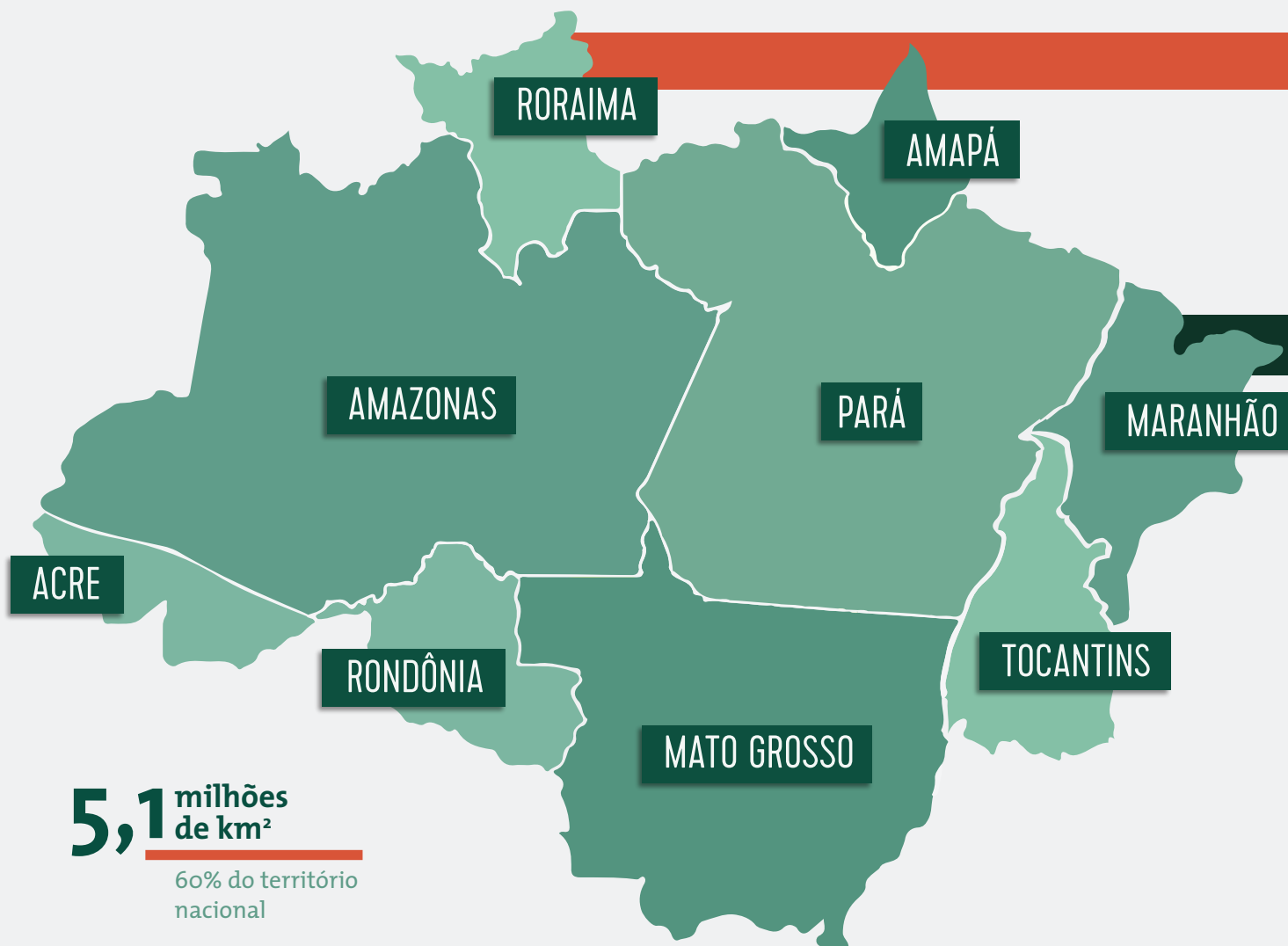
É um Plano ousado e abrangente, mas realista e necessário aos desafios do Brasil e do mundo deste século. Sabemos que só poderá ser viabilizado com uma visão colaborativa e envolvendo uma coalizão de parceiros nacionais e internacionais, e todos aqueles que reconhecem o papel da Amazônia na prestação de serviços ambientais e ecossistêmicos.

Flávio Dino

Presidente do Consórcio Interestadual de
Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal

Crédito: Gilson Teixeira
SECOM-MA





5,1 milhões de km²
60% do território nacional

29,3 milhões de habitantes¹
14% da população

808 municípios¹
14,5% dos municípios

R\$ **623** milhões de PIB¹
9% do PIB brasileiro

AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

Além de ser um ativo estratégico para o Brasil, a região concentra um dos três maiores acervos ambientais do planeta. Em 2019, por exemplo, mais de 80% do território coberto pela Amazônia Legal correspondia a formações vegetais nativas, sendo as florestas naturais as responsáveis pela maior parte dessa área (69,2%)².

PLANO DE RECUPERAÇÃO VERDE DA AMAZÔNIA LEGAL – PRV

Consiste em uma estratégia de transição para uma economia verde para a região Amazônica, que seja compatível com o combate às desigualdades, com a geração de emprego e renda e com o crescimento econômico sustentável. O PRV é uma iniciativa do **Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal**, em conjunto com uma gama de parceiros nacionais e internacionais, públicos e privados, organizações da sociedade civil e comunidades locais.

Freio ao
desmatamento

Desenvolvimento
produtivo sustentável

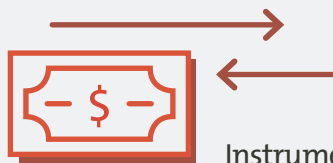
Tecnologia verde
e capacitação

Infraestrutura
verde



COALIZÃO DE ATORES

Setor público, setor privado,
sociedade civil organizada,
universidades, parceiros
internacionais, população local.



MECANISMO FINANCEIRO

Instrumento de captação e gestão de recursos
privados; doações de organismos nacionais e internacionais;
agenda comum orientada para uma economia verde; 9 estados
da Amazônia Legal juntos; estrutura de governança forte – poder
público, sociedade civil e academia; acreditação internacional.

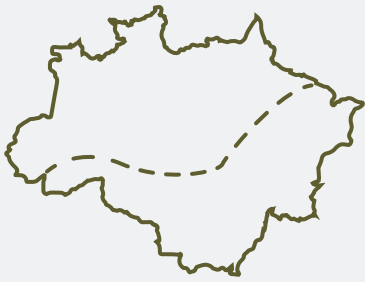
¹ Fonte: IBGE; ² Fonte: MapBiomass 2021.



Pará
Crédito: Pedro Guerreiro

1 • Contexto e diagnóstico

A Amazônia Legal brasileira é formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. De acordo com dados do IBGE, abrange uma área de 5,1 milhões de km² (60% do território nacional), 29,3 milhões de habitantes (14% da população), 808 municípios (14,5% dos municípios), R\$623 bilhões de PIB (9% do PIB brasileiro). Além de ser um ativo estratégico para o Brasil, a região concentra um dos três maiores acervos ambientais do planeta. Em 2019, por exemplo, mais de 80% do território coberto pela Amazônia Legal correspondia a formações vegetais nativas, sendo as florestas naturais as responsáveis pela maior parte dessa área (69,2%).



Nesse sentido, não surpreende que a região da Amazônia Legal esteja no centro do debate sobre o impacto das mudanças climáticas e sobre os efeitos negativos causados por atividades econômicas fortemente emissoras de carbono. Como demonstram os dados do Observatório do Clima (2019), o desmatamento da vegetação nativa, em especial da floresta amazônica, é a principal fonte brasileira de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. As mudanças no uso da terra, capitaneadas pelo desmatamento, foram responsáveis por 44% dessas emissões em 2019, um aumento de 64% em relação a 2010, quando começou a valer a Política Nacional de Mudança do Clima. À época, esta previa uma redução de 80% do desmatamento na região até 2020.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para o período entre 2008 e 2020, há, desde 2012, um movimento gradual de ampliação da área desmatada por ano na região, com destaque para os anos mais recentes. A taxa anual de desmatamento, que tinha caído de cerca de 30 mil km² em 2004 para menos de 5 mil km² em 2012, voltou a alcançar a marca dos 10 mil km² em 2020. Tais índices vêm trazendo prejuízos políticos, ambientais e comerciais para a região e para o resto do país, e acabam contrastando com o novo consenso que se forma no cenário internacional.

Como mostram Rodrigues et al (2009), em uma análise de 286 municípios da Amazônia Legal com diferentes estágios de desmatamento, a retirada da floresta nativa não provoca melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios no longo prazo. Essa consideração é reforçada por Young (2020), que aponta a forte dimensão de exclusão social causada pela degradação ambiental. De certa forma, são as populações

mais vulneráveis as que acabam sofrendo os impactos mais nocivos da destruturação dos ecossistemas, sendo atingidos por uma piora nas condições de habitação, saúde, alimentação, entre outros. A pobreza, enfim, é reforçada pelos problemas de degradação ambiental, potencialmente gerando um ciclo vicioso que afeta o funcionamento de toda a comunidade local.

Ainda assim, as fragilidades do mercado de trabalho e a falta de diversificação produtiva na região têm servido como entraves de natureza política e econômica no enfrentamento ao desmatamento. Começando pela precariedade do mercado de trabalho, a proporção de trabalhadores com carteira assinada na Amazônia Legal flutuou entre 23% e 25% dos ocupados, entre 2012 e 2020 - uma taxa muito inferior aos 41%-45% observados no resto do Brasil, nesse período. O rendimento do trabalho domiciliar per capita (a renda média do trabalho obtida por todos os membros do domicílio) era de apenas R\$ 654 na região amazônica em 2019, o que representa cerca de 40% a menos do que o valor médio observado no restante do país, de R\$ 1.074,00.

Com relação à estrutura produtiva da Amazônia Legal, uma breve análise do Sistema de Contas Regionais do IBGE para o ano de 2018 permite concluir que a contribuição da região no valor adicionado bruto da economia brasileira se destaca para seis setores: “Produção florestal, pesca e aquicultura” (25,7%), “Agricultura” (20,3%), “Pecuária” (22,6%), “Indústrias extrativas” (14%), “Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação” (17,8%) e “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”(12,8%).

As exportações da Amazônia Legal estão consideravelmente concentradas em alguns tipos de produtos específicos, basicamente representados pelas categorias “Produtos minerais” (36%) e “Produtos vegetais” (34,3%), dentre os quais destacam-se os minérios, os cereais, sementes e frutos oleaginosos. Na prática, portanto, grande parte do valor exportado pela Amazônia Legal encontra-se fundamentalmente associado às atividades tradicionais de extrativismo e cultivo.

Essa concentração do valor exportado também é refletida na participação dos estados no comércio internacional. Os dados mostram que, em 2019, o Pará e o Mato Grosso foram responsáveis por 43,6% e 39,2% do valor exportado pela região, respectivamente. Não por acaso, cerca de 80% das exportações paraenses foram de produtos minerais e 68,1% das exportações mato-grossenses de produtos vegetais.

Apesar dessa concentração setorial e regional, é possível destacar que os outros estados da Amazônia Legal apresentam diferentes atividades econômicas de destaque no que se refere às exportações. No Acre, por exemplo, os dados de 2019 mostram que 40,9% do valor exportado pelo estado se deve à produção florestal madeireira e de carvão vegetal. Essa categoria também é representativa no caso do Amapá (21,7%).

Outro setor de destaque é o de animais vivos e produtos derivados, que é especialmente representado pela exportação de carne. Tal setor representa a maior parcela do valor exportado por Rondônia em 2019 (55%), sendo relevante também para o Acre (11,7%) e para o Tocantins (18,1%). No Mato Grosso, a categoria foi responsável por 8,6% do valor exportado pelo estado, um percentual menor do que nos outros casos, mas que representou mais de US\$ 1,3 bilhões em 2019, isto é, foi superior, em termos absolutos, aos outros estados mencionados.

Além disso, cabe destacar alguns setores que, embora sejam menos relevantes para a pauta exportadora da Amazônia Legal, indicam a diversificação das atividades produtivas, especialmente no que se refere à incorporação de certos processos industriais básicos. No Maranhão, 35% do valor exportado em 2019 diz respeito a produtos das indústrias químicas ou similares. Esse mesmo setor foi responsável por 6,9% do valor exportado por Roraima. Ainda com relação a este estado, nota-se que 48,1% do valor exportado em 2019 se refere a produtos das indústrias alimentares, com destaque para os açúcares e produtos de confeitaria, e 13,2% a gorduras e óleos de origem vegetal e animal.

O caso do Amazonas também destoa dos outros estados da região: 31,1% do valor exportado em 2019 se refere a produtos de indústrias alimentares; 17,1% a metais como ferro, cobre, alumínio e outros; 15,4% às máquinas e aparelhos elétricos (aparelhos de gravação e reprodução de som e imagem, entre outros) e 12,4% a materiais de transporte (veículos terrestres e suas partes, embarcações e estruturas flutuantes, entre outros).

Ou seja, a Amazônia Legal tem importância significativa para a economia brasileira em setores fundamentalmente associados ao uso da terra. Essa constatação indica que uma forma de orientar a construção de uma economia verde para a Amazônia Legal é levar em conta essas especificidades, isto é, suas vantagens econômicas locais. Isso só se torna possível, todavia, a partir da reavaliação do potencial das principais atividades econômicas em um novo contexto de direcionamento para uma economia de baixo carbono, cujo foco é também a valorização dos ecossistemas e a garantia de segurança energética, econômica e alimentar da população.

A produção primária na Amazônia Legal sugere tanto uma relação com a agropecuária e com o extrativismo tradicional, normalmente identificados com práticas ambientais menos rígidas, quanto com o cultivo e a extração de produtos localizados, associados à gestão da dinâmica florestal ou de vegetações nativas, cujas práticas apontam para menores impactos ambientais.

Nesse contexto, a viabilidade política e econômica do objetivo de zerar o desmatamento ilegal até 2030 depende não apenas do fortalecimento de mecanismos de controle e fiscalização, mas sobretudo da implementação de uma estratégia capaz de gerar empregos e renda no curto prazo para a população urbana e rural, ao mesmo tempo em que reconfigura a economia da região para o aproveitamento de potencialidades associadas à floresta em pé. Essa reconfiguração traz potenciais benefícios econômicos e de segurança alimentar não apenas para a população da região, mas também para toda a população brasileira.

A exploração dessas potencialidades depende por sua vez da superação de carências de infraestrutura básica que limitam o acesso a mercados domésticos e internacionais, bem como o desenvolvimento humano. Para além das dificuldades de transporte, o acesso a redes de saneamento básico talvez seja o indicador que mais exemplifica as desigualdades estruturais da região da Amazônia Legal. A baixa cobertura de saneamento em relação à média do país não só tem impactos sobre a saúde e sobre o desempenho escolar da população residente nesses estados, mas também age na contramão de um arranjo econômico mais comprometido com a preservação ambiental. Adicionalmente, mesmo onde ocorre a prestação desses serviços, os dados indicam que há um nível de eficiência menor do que em relação ao restante do país. A perda de água durante o processo de distribuição é maior do que a média nacional em 7 dos 9 estados da região. Além de tornar mais difícil o acesso, o alto índice de perda na distribuição é também um problema ambiental relevante. No entanto, ao contrário do que se poderia supor com base nas profundas carências do serviço de saneamento na região, o nível de investimento per capita no setor em 2017 foi igual ou menor do que o nível de investimento nacional, na maior parte dos estados da Amazônia Legal.

Além disso, conforme dados do IBGE para o ano de 2019, sete dos nove estados que compõem a região aparecem entre os dez estados brasileiros com piores níveis de acesso à energia elétrica pela população. De acordo com as estimativas do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), o contingente de pessoas sem acesso à energia elétrica chega a um milhão de pessoas, em sua maioria residentes nos estados do Pará, Amazonas, Acre e Maranhão. Os resultados sugerem ainda que essa população esteja, em grande parte, localizada em terras indígenas, unidades de conservação ambiental e assentamentos rurais. Ademais, o estudo mostra que os municípios com as maiores populações sem acesso à eletricidade acabam sendo aqueles que apresentam, em sua maioria, IDH Municipal baixo ou muito baixo (Leite; Sousa, 2020).

O acesso à internet também é menor para a Amazônia Legal do que para a média brasileira. Isso se verifica para todos os estados da região. Mais especificamente, os dados do IBGE (2018) apontam que o Maranhão e o Acre figuram entre os cinco estados brasileiros com menor acesso à internet. Dentre os domicílios que utilizam internet, o acesso via telefone móvel é majoritário, sendo inclusive maior do que o verificado no Brasil, o que representa um acesso com menor potencial, se comparado ao uso de internet por meio de tablets ou computadores, por onde é possível realizar uma gama maior de atividades. A utilização de bens e serviços digitais não apenas garante melhores condições de comunicação e acesso à informação, mas também implica diferentes possibilidades com relação à educação, ao trabalho, ao acesso a serviços públicos e ao potencial de venda de produtos da região.

A carência de infraestrutura urbana e serviços públicos afeta também a adequação das moradias e por consequência o déficit habitacional. Dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que a região Norte como um todo possui um déficit habitacional de 20,6% relativo ao total de domicílios particulares permanentes, ante 12% na média nacional. Todos os estados apresentam índices de inadequação superiores à média nacional. Dos elementos que compõem o déficit habitacional - situação precária das residências, coabitação, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo - a região se destaca por conta da situação precária e da coabitação.

A partir desse breve diagnóstico, fica claro que o combate ao desmatamento associado à transição para uma economia sustentável na Amazônia não pode prescindir de uma estratégia de superação das desigualdades regionais, carências de infraestrutura e melhora dos índices de Desenvolvimento Humano. Tal como em diversos planos de recuperação verde adotados em outros países, os investimentos necessários para essa transição aumentam o potencial de geração de empregos e renda no curto e no longo prazo.



Colheira de arroz
Roraima
Crédito: SECOM-RR



2. O que é um Plano de Recuperação Verde?

Diversos países do mundo têm lançado planos de recuperação verde, isto é, propostas de investimento público e privado voltados à transição para uma economia de baixo carbono. De forma geral, as propostas internacionais de recuperação verde encampam a redução da dependência de fontes de energia não-renovável; a reestruturação da atividade agropecuária com o foco na redução de danos ambientais e o fortalecimento da segurança alimentar das comunidades; pesquisa em inovações que garantam a melhoria dos processos produtivos em termos de impacto ambiental; e, por fim, garantias de emprego e renda que possibilitem transição da mão-de-obra para uma economia verde.

O conceito de economia verde abarca uma trajetória de cerca de três décadas de discussão em torno do significado de desenvolvimento sustentável, isto é, da relação entre os problemas associados às mudanças climáticas e o desenvolvimento econômico. Particularmente, a economia verde vem se destacando como diretriz de política governamental desde a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento

Sustentável de 2012 (RIO +20), que fortaleceu a compreensão de que o desenvolvimento econômico e as políticas ambientais são parte de um mesmo contexto, não podendo ser compreendidos separadamente.

Na prática, a economia verde foi definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como aquela que “resulta de uma melhoria no bem-estar humano e na equidade social, enquanto reduz significativamente os riscos ambientais e as carências ecológicas”, sendo resumida, portanto, em uma economia “de baixo carbono, eficiente no uso de recursos e socialmente inclusiva”.

Uma economia verde pressupõe que o crescimento da renda e do emprego deve ser dirigido por investimentos públicos e privados cujo foco é a redução da emissão de carbono e da poluição, o aumento da eficiência no uso de energia e outros recursos, bem como a prevenção de impactos negativos nos ecossistemas e na biodiversidade. Ainda, o relatório ressalta que a economia verde pressupõe uma trajetória de desenvolvimento que se preocupa em “manter, reforçar e reconstruir o capital natural como um ativo econômico crítico e como uma fonte de benefícios públicos, especialmente para as pessoas pobres cujo sustento e a segurança dependem da natureza” (UNEP, 2011, p.1-2, tradução própria).

Embora o relatório do PNUMA ofereça uma visão de economia verde que se tornou um marco na concepção de diretrizes públicas e privadas, a própria Organização das Nações Unidas reconhece que não existe uma única definição capaz de resumir a economia verde. A partir de uma análise que sintetiza aparições do conceito na literatura, Loiseau et al (2016) sugerem que a economia verde remete ao alcance de objetivos próprios a três áreas - ambiental, econômica e social.

Em termos resumidos, esses objetivos implicam uma combinação entre crescimento econômico com inovação e ganhos de competitividade, mas que seja orientado para a mitigação das mudanças climáticas por meio de redução da dependência em combustíveis fósseis e da emissão de carbono, promovendo aumento da eficiência no uso de recursos e reduzindo as perdas associadas à biodiversidade. No âmbito social, esse processo precisa estar associado à redução da pobreza e ao combate à desigualdade, tendo em vista o impacto das mudanças climáticas nas condições de vida da população (saúde, por exemplo) e na participação no mercado de trabalho.

A economia verde abarca a existência de outros conceitos que, de alguma forma, indicam orientações práticas de como é possível operacionalizá-la enquanto diretriz de políticas públicas. Especificamente com relação a este plano, é importante identificar algumas delas. A primeira é a noção de “bioeconomia”, um conceito ainda em debate, mas que tem convergido no sentido de caracterizar as atividades econômicas que utilizam de novas tecnologias para o desenvolvimento de produtos e processos que são derivados de fontes biológicas renováveis.

A bioeconomia recupera processos econômicos tradicionais de produção de bens de origem florestal ou agropecuária e ressignifica suas potencialidades por meio da utilização das inovações científicas e tecnológicas, oferecendo uma forma contemporânea de associação entre o setor primário e a indústria (OCDE, 2009; Silva, Pereira e Martins, 2018). Sua operacionalização gera perspectivas de ganhos em vários setores (agropecuária, indústria química e farmacêutica, atividades extrativas, energia, pesca e aquicultura, entre outros) na medida em que consolida formas de produção menos dependentes de fontes não renováveis de energia, reduz o impacto ambiental das emissões de carbono e eleva a segurança alimentar, social e econômica das comunidades por meio da preservação e da criação de empregos e de produtos mais competitivos.



O caráter mais concreto da bioeconomia mostra como é possível entender a reestruturação da produção, dentro da perspectiva de uma economia verde, na direção da valorização de atividades econômicas de baixo carbono, isto é, que tendem a priorizar a utilização de fontes de recursos renováveis. O termo “economia de baixo carbono” é comumente utilizado para descrever esse movimento de remodelação das atividades produtivas de forma a reduzir a utilização de recursos poluentes (especialmente combustíveis fósseis).

As diversas definições do termo convergem para o entendimento de uma economia que procura reduzir emissões de CO₂ e outros gases na atmosfera por meio de um menor consumo de energia não-renovável. Na prática, uma economia de baixo carbono orienta uma transição da estrutura produtiva no sentido de reduzir a emissão de gases poluentes, mas com o cuidado de garantir a continuidade do crescimento econômico. Tal constatação implica necessariamente que o processo de descarbonização da economia precisa incorporar o desenvolvimento de processos produtivos menos poluentes, entre outras inovações que reduzam a emissão de gases de efeito estufa.



Centro Histórico de São Luís
Maranhão
Crédito: Gilson Teixeira

Um aspecto relevante dessa transição para uma economia de baixo carbono é que, para ser possível, ela precisa compatibilizar os objetivos de redução das emissões de carbono com as formas de organização do espaço existentes, propondo formas de restaurar ecossistemas e a conexão entre eles. É nessa direção que se pode compreender o conceito de “infraestrutura verde”, outro termo em debate, mas que tem convergido para investimentos que sustentam benefícios ambientais, sociais e econômicos por meio de soluções naturais.

A infraestrutura verde contrasta, dessa forma, com a chamada “infraestrutura cinza”, aquela que provoca prejuízos aos espaços urbanos, rurais e marítimos (enchentes, deslizamentos, estiagem, alto consumo de energia, poluição, danos à saúde física e mental, entre outros). Como propõe a Comissão Europeia (2013), a infraestrutura verde ajuda a reduzir a dependência de uma eventual infraestrutura cinza mais custosa, uma vez que soluções mais duráveis e baratas podem passar pela valorização da natureza local.

3 • Um Plano de Recuperação Verde para a Amazônia Legal

Embora seja possível extrair dessas propostas algumas inspirações para um Plano de Recuperação Verde para a Amazônia Legal, é preciso reconhecer que a realidade da região amazônica brasileira é marcada por especificidades que se diferenciam muito daquelas encontradas em outros países. Um primeiro ponto de destaque é que as principais atividades econômicas da região – a produção florestal madeireira, a agricultura e a pecuária – implicam significativo impacto ambiental no que se refere à emissão de gases de efeito estufa, sendo a produção florestal não-madeireira uma opção para serviços ambientais (fixação de nitrogênio no solo e aclimatação).

Um segundo ponto é que se trata de uma região com níveis de renda, emprego e de acesso a serviços básicos e à infraestrutura inferiores aos de outros estados. Se acrescentarmos a esse quadro a crise vivida pela economia brasileira desde

2015 e agravada pela pandemia, que deteriorou as finanças públicas dos diversos entes da federação e elevou o desemprego, a informalidade e as desigualdades, a transição para uma economia verde na Amazônia Legal -- com baixos índices de desmatamento e baixa emissão de carbono -- se apresenta como um grande desafio.

Pensar um plano de recuperação verde viável para a Amazônia Legal exige o desenho de estratégias para o desenvolvimento econômico sustentável da região e para a melhoria das condições de vida de suas populações. O Plano de Recuperação Verde deve mirar, portanto, uma reconfiguração da estrutura socioeconômica da Amazônia Legal que tenha, como efeito, o estabelecimento de uma preservação duradoura dos ecossistemas locais. Isso implica ir além do combate específico à perda florestal, ou seja, pressupõe também a melhoria das condições de vida da população local e a geração de empregos nas áreas rurais e urbanas de modo a sustentar essa transição do ponto de vista político e socioeconômico. Afinal, a economia das cidades da região amazônica também está conectada, ainda que indiretamente, às cadeias produtivas hoje associadas ao desmatamento ilegal.

O Plano segue, portanto, o consenso internacional que se forma acerca da impossibilidade de se construir uma economia verde sem redução das desigualdades econômicas e sociais. Mas no caso da Amazônia Legal, tais desigualdades e carências no acesso a serviços e infraestrutura se mostram especialmente profundas. Conforme o último levantamento feito pelo Censo de 2010 do IBGE, muitos municípios da Amazônia Legal figuravam

entre os piores IDH do país, apresentando valores considerados baixos.

Como preveem as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, a redução da pobreza e da desigualdade, a melhoria nas condições de saúde, habitação, acesso à energia elétrica, acesso à comunicação e a informação, entre outros, são medidas essenciais para que seja possível obter resultados efetivos na redução do impacto ambiental causado pela ação humana.

Nesse sentido, é importante enfatizar que, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, as melhorias em infraestrutura e no acesso a serviços básicos apontam para o avanço de duas frentes que se fortalecem.

De um lado, a ampliação dos direitos sociais básicos vinculada a tais investimentos pode fornecer não apenas condições mais adequadas de vida, mas também gerar emprego e aumentar a renda através de seus altos efeitos multiplicadores e seus efeitos positivos sobre a oferta potencial de produtos para consumo doméstico e exportação. De outro, tais investimentos reduzem o impacto ambiental causado, por exemplo, pela expansão de uma estrutura urbana precária, pela baixa eficiência na utilização dos



Maranhão
Crédito: Gilson Teixeira

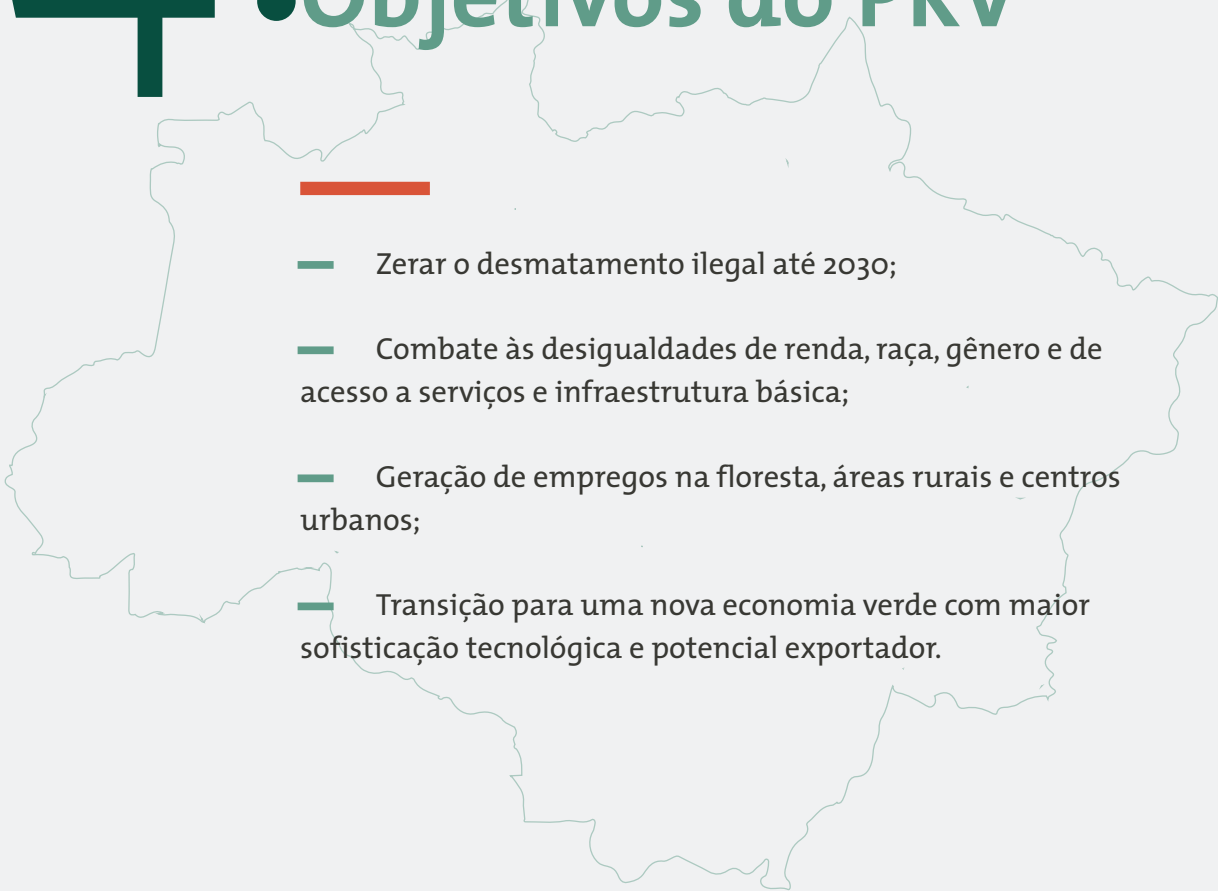
recursos naturais, pela destruição dos ecossistemas graças à falta de saneamento, à construção de moradias em locais inadequados, entre outros.

Além disso, a melhora na infraestrutura é condição necessária para a exploração das potencialidades de uma nova economia verde na medida em que amplia o acesso a mercados domésticos e internacionais. No fim, o que se desenha é um ciclo virtuoso de ampliação do acesso a direitos sociais básicos que reduz o impacto ambiental imediato, permite gerar empregos e construir novas possibilidades para o desenvolvimento econômico sustentável.

Ainda que não se possa desconsiderar o peso da agropecuária e da mineração na pauta exportadora da Amazônia Legal, é válido ressaltar a existência de um potencial de ampliação da exportação de produtos associados à bioeconomia local. Essa proposição é discutida por Coslovsky (2021), que identifica 64 itens já exportados cuja produção e cultivo se mostram compatíveis com o uso sustentável da floresta. De acordo com o estudo, a Amazônia Legal recebe um valor médio de US\$ 298 milhões por ano com as exportações desses produtos, um montante que, embora considerável, não chega a corresponder a 0,2% do mercado internacional desses 64 itens.

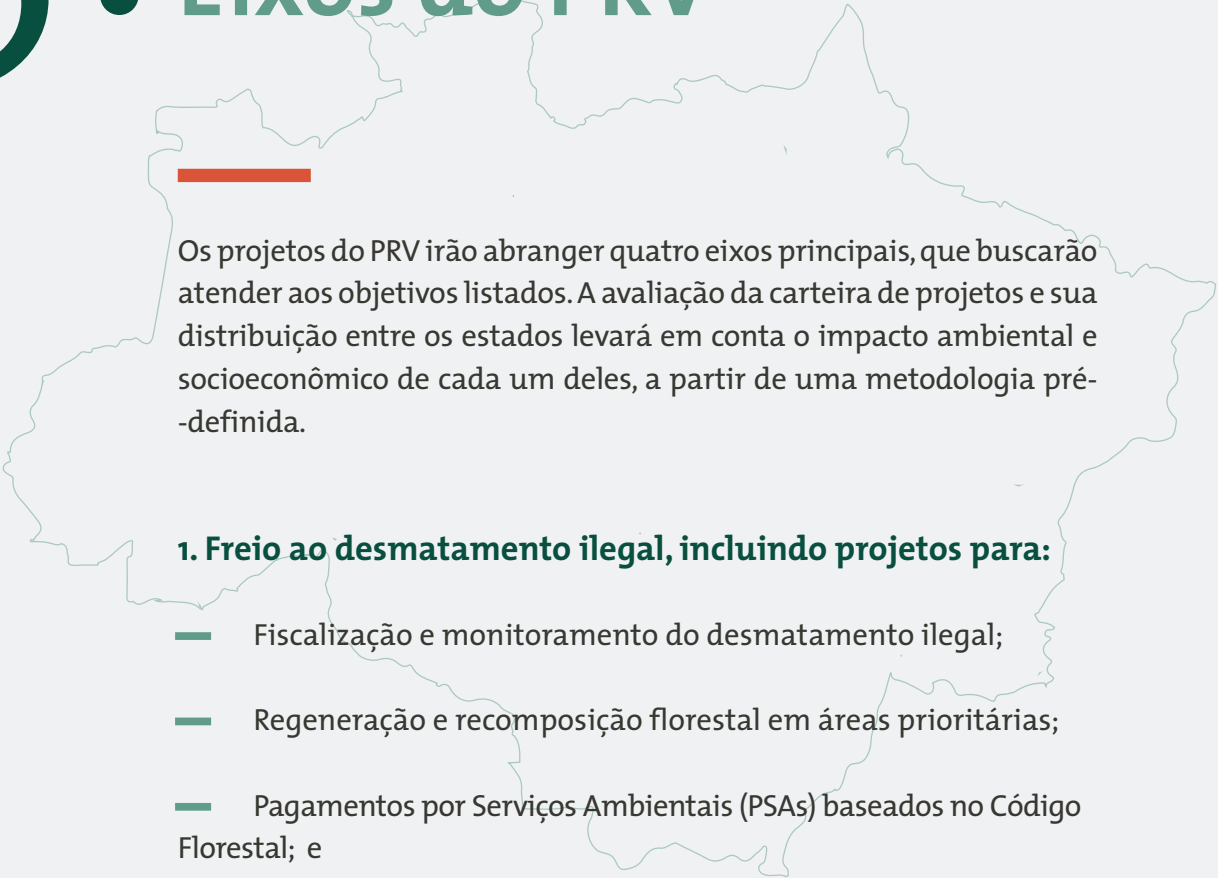
Dentre esses produtos, os que se destacam são a “castanha-do-pará, fresca ou seca, com casca” (47,28%), a “pimenta (do gênero piper) seca, não triturada nem em pó” (7,25% do mercado internacional), “Cabeças, caudas e bexigas natatórias, de peixes” (4,6%) e a “castanha-do-pará, fresca ou seca, sem casca” (4,4%). O estudo ressalta que a Amazônia Legal domina o mercado internacional apenas com relação ao primeiro item e que, ainda assim, o produto é exportado majoritariamente para países vizinhos (Bolívia e Peru), que processam a castanha, vendendo-a sem casca por um preço mais elevado. De forma a ampliar essa capacidade exportadora e ocupar uma maior posição nesses mercados, o aumento da produção deve respeitar as regulações ambientais e ser acompanhado de um processo de certificação e verificação que o torne compatível com as condições socioeconômicas locais e com os padrões de consumo internacionais.

4 • Objetivos do PRV

- 
- Zerar o desmatamento ilegal até 2030;
 - Combate às desigualdades de renda, raça, gênero e de acesso a serviços e infraestrutura básica;
 - Geração de empregos na floresta, áreas rurais e centros urbanos;
 - Transição para uma nova economia verde com maior sofisticação tecnológica e potencial exportador.

5

• Eixos do PRV

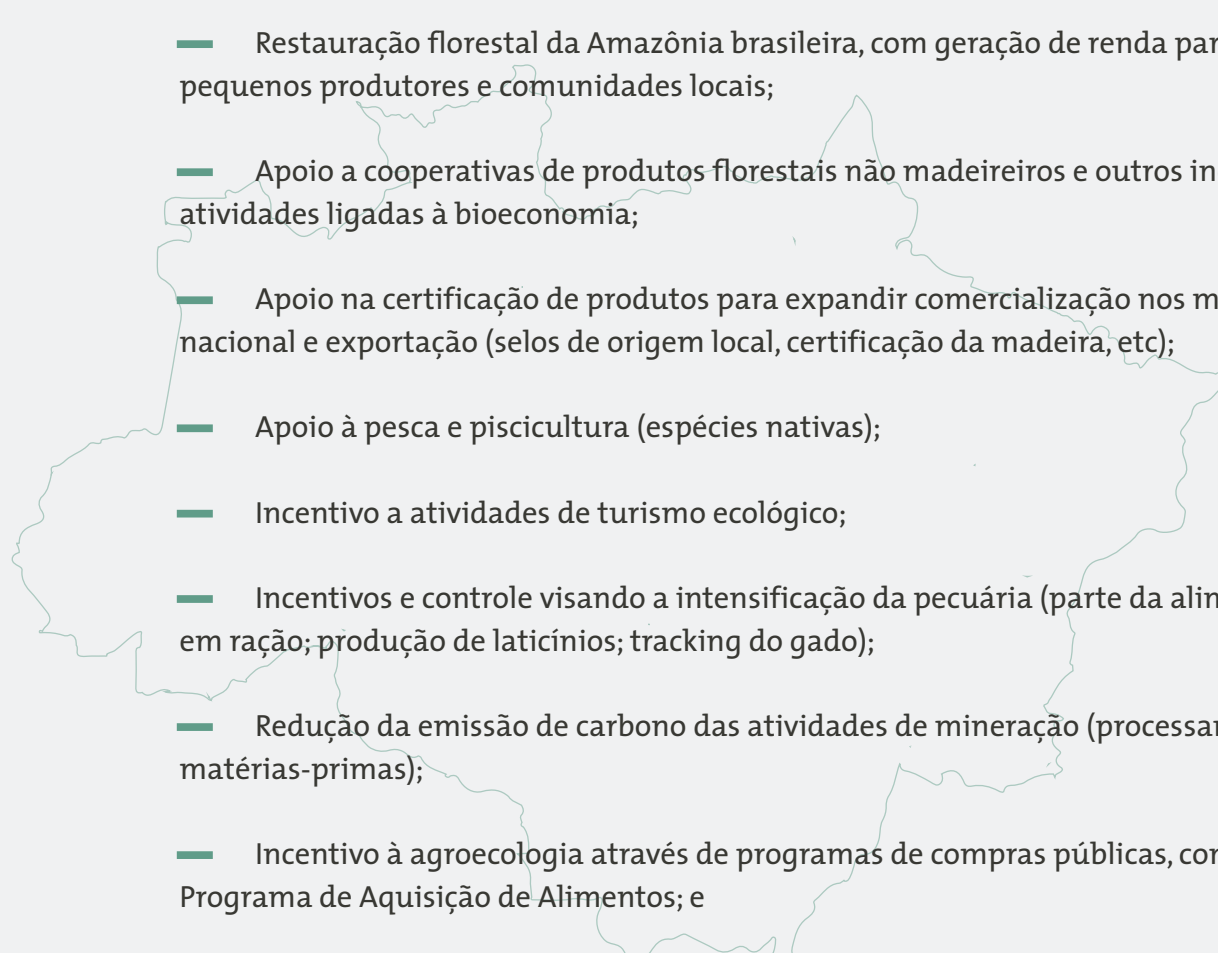


Os projetos do PRV irão abranger quatro eixos principais, que buscarão atender aos objetivos listados. A avaliação da carteira de projetos e sua distribuição entre os estados levará em conta o impacto ambiental e socioeconômico de cada um deles, a partir de uma metodologia pré-definida.

1. Freio ao desmatamento ilegal, incluindo projetos para:

- Fiscalização e monitoramento do desmatamento ilegal;
- Regeneração e recomposição florestal em áreas prioritárias;
- Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs) baseados no Código Florestal; e
- Regularização fundiária e ambiental.

2. Desenvolvimento produtivo sustentável, incluindo projetos de:

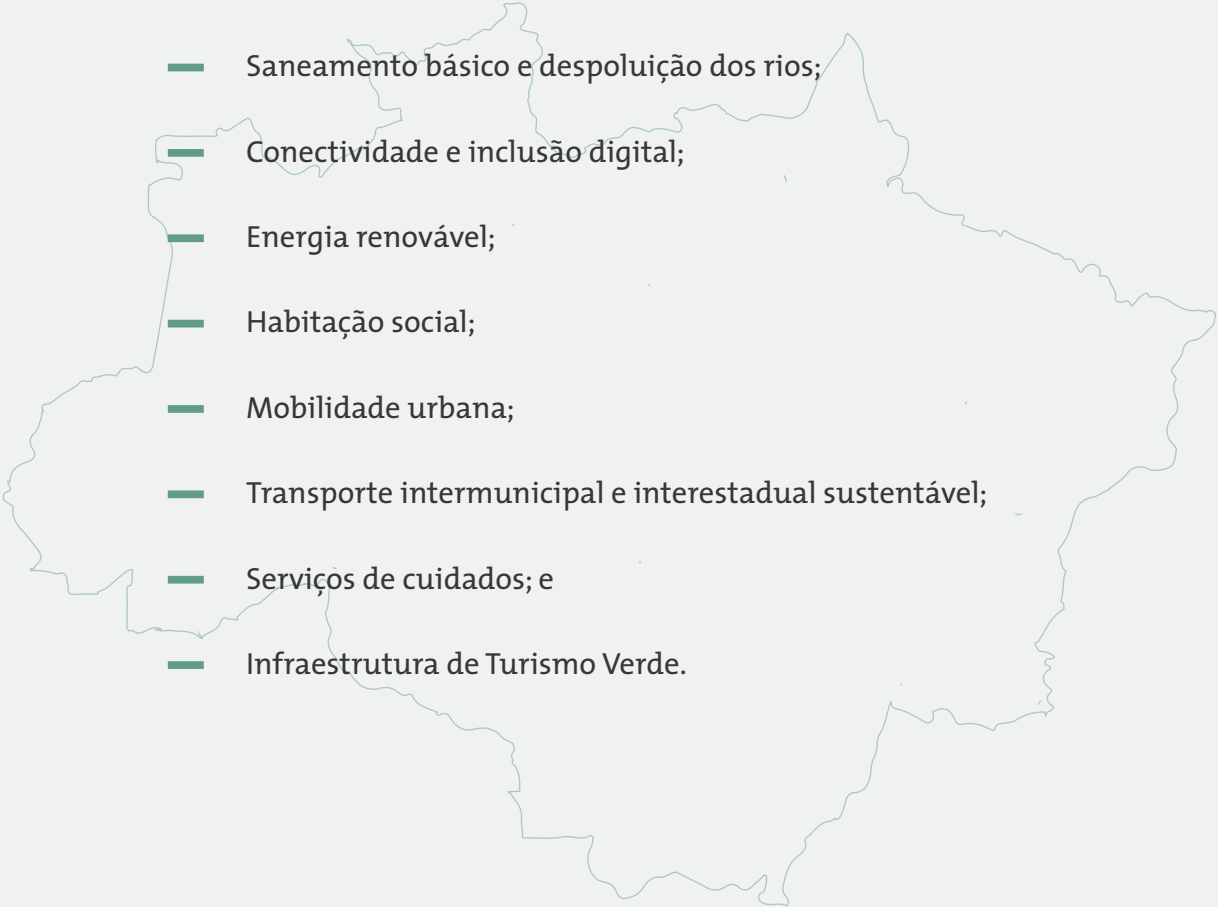
- 
- Restauração florestal da Amazônia brasileira, com geração de renda para pequenos produtores e comunidades locais;
 - Apoio a cooperativas de produtos florestais não madeireiros e outros incentivos a atividades ligadas à bioeconomia;
 - Apoio na certificação de produtos para expandir comercialização nos mercados nacional e exportação (selos de origem local, certificação da madeira, etc);
 - Apoio à pesca e piscicultura (espécies nativas);
 - Incentivo a atividades de turismo ecológico;
 - Incentivos e controle visando a intensificação da pecuária (parte da alimentação em ração; produção de laticínios; tracking do gado);
 - Redução da emissão de carbono das atividades de mineração (processamento de matérias-primas);
 - Incentivo à agroecologia através de programas de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos; e
 - Estabelecimento de sinergias entre as diversas escalas de bioeconomia, integrando mercados extrativistas e florestais ao de commodities.



3. Tecnologia verde e capacitação, incluindo projetos nas áreas de:

- Capacitação da mão-de-obra na floresta e nos centros urbanos;
- Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em tecnologias verdes e biotecnologia;
- Parcerias entre setor privado, universidades e institutos de pesquisa nas áreas de biotecnologia e tecnologia verde;
- Pesquisa e desenvolvimento em saúde

4. Infraestrutura verde, incluindo projetos de investimentos em:

- 
- A faint, light green outline map of the Amazon region, showing the borders of the countries and states. It is positioned in the background, behind the list of infrastructure projects.
- Saneamento básico e despoluição dos rios;
 - Conectividade e inclusão digital;
 - Energia renovável;
 - Habitação social;
 - Mobilidade urbana;
 - Transporte intermunicipal e interestadual sustentável;
 - Serviços de cuidados; e
 - Infraestrutura de Turismo Verde.



Encontro das Aguás
Amazonas
Crédito: Roberto Carlos



6

● Portfólio de Programas – Fase 1

O Plano de Recuperação Verde é um desdobramento do Planejamento Estratégico do Consórcio Amazônia Legal, o qual definiu as diretrizes e orientou a atuação conjunta dos nove estados amazônicos, voltado a uma economia de baixas emissões na Amazônia Brasileira. Assim, o PRV expressa um recorte desta orientação estratégica e desdobra-se em programas, distribuídos pelos seus quatro eixos, aos quais vinculam-se ações estaduais que, juntas, convergem para objetivos comuns. O plano associa duas forças para que seja possível a transição para uma economia de baixo carbono. Por um lado, promove a alavancagem e a aceleração de negócios cujos processos e produtos sejam derivados de fontes biológicas renováveis, ou atividades tradicionais que reestruturem seus processos e produtos em razão da utilização de inovações científicas e tecnológicas, com benefícios econômicos, sociais e ambientais que se irradiam por todos os setores e elos das cadeias produtivas. Por outro lado, estabelece freios ao desmatamento ilegal, com medidas de curto e médio prazos, que fortalecem a governança do território, inibem as práticas ilícitas, com a intensificação da fiscalização e a responsabilização pelos crimes

ambientais e pela grilagem de terras. Associam-se esforços pela recomposição e recuperação florestal em território amazônico.

A fim de viabilizar a execução do Plano de Recuperação Verde e gerar impactos ambientais e socioeconômicos positivos, o mais rápido possível, apresenta-se, neste primeiro momento, a fase 1, que será executada conforme a ordem definida ou de acordo com decisões baseadas em tecnicidade e economicidade, definidas pela governança do Consórcio.

Sendo assim, conforme as ações desta Fase 1 avançarem e forem sendo concluídas, novos projetos serão incorporados, em especial aos eixos 3 e 4.

Para a Fase 1, que será apresentada a seguir, foi estimado um orçamento de R\$1,5 bilhão de reais, a serem divididos entre os quatro eixos, em projetos estaduais e regionais, da seguinte forma: 25% dos recursos para o Eixo 1; 30% para o Eixo 2; 15% para o Eixo 3; e 30% dos recursos para o Eixo 4. O valor do investimento em cada estado obedece a critérios populacionais (Eixos 2, 3 e 4) e em razão do tamanho da área de floresta em cada um deles (Eixo 1).

Para as fases subsequentes, essa proporção será modificada, de acordo com as novas necessidades dos estados, decorrentes dos diferentes estágios das políticas de desenvolvimento regional.

Para alcançar o montante para a primeira fase, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal pretende estabelecer parcerias com o setor privado nacional, buscar financiamento através de bancos de fomento e fundos, como o Fundo Constitucional do Norte (operado pelo Banco da Amazônia), além de atuar junto aos órgãos competentes para destravar o Fundo Amazônia (gerido pelo BNDES), que possui cerca de R\$ 2 bilhões de reais, mas que atualmente estão bloqueados. A primeira fase do PRV será lançada em julho de 2021.

Eixo 1 – Freio ao desmatamento ilegal

O desmatamento na Amazônia Legal cresceu nos últimos anos. Dados do PRODES demonstram que entre 2016 e 2020 a média de desmatamento (871.860 ha) aumentou 64% em comparação com a média do período de 2011 a 2015 (561.980 ha). Os dois últimos anos, em especial, foram os piores dos últimos 12 anos, sendo 1.012.900 e 1.108.800 ha em 2019 e 2020, respectivamente. Pelo menos metade desse desmatamento ocorreu em terras públicas federais e estaduais, e a outra metade da conversão florestal em florestas privadas. A governança territorial na Amazônia precisa ser fortalecida.

Um sinal de melhora vem se configurando a partir dos dados disponibilizados pelo DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real), porém essa redução somente poderá ser confirmada se a diminuição da área degradada se consolidar durante o período de seca amazônica, entre maio e outubro. Além disso, é preciso ampliar a redução, pois o desmatamento gera prejuízos tanto para a perda de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos, com impactos sobre o clima global, bem como representa risco para as populações locais e impactos ao desenvolvimento da economia regional sustentável.

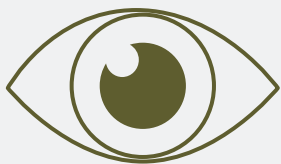


A visão estratégica regional e o papel dos órgãos estaduais são imprescindíveis para determinar uma mudança nessa situação. Para isso é necessário enfrentar o desafio do ordenamento territorial, regularização fundiária e ambiental, a fim de criar uma estrutura fortalecida para combater o desmatamento ilegal. Essas ações devem estar atreladas à valorização dos esforços aplicados de forma pública ou privada, na conservação da floresta e seus serviços ecossistêmicos. O Eixo 1 – “Freio ao Desmatamento ilegal” busca endereçar estes desafios e os Programas dão sustentação para a mudança de cenário desejada.

Nesta fase do PRV, pretende-se destinar o montante de R\$ 375 milhões de reais ao Eixo 1. O valor será aplicado nos estados, segundo critérios de tamanho da área de floresta.

1.1 Ação Amazônica Integrada para a redução do desmatamento ilegal em curto prazo

O programa abarca medidas articuladas entre os estados da Amazônia, a partir de uma visão integradora dos planos estaduais, para atuação conjunta em áreas críticas, a fim de obter resultados de abrangência regional, em curto prazo, em um horizonte de 2 anos. A iniciativa tem por objetivo intensificar as ações de segurança pública, de fiscalização e de responsabilização por crimes de grilagem de áreas públicas estaduais e desmatamento ilegal, por meio de ações articuladas entre os estados, a partir da atualização e implementação dos planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento e incêndios florestais.



Para tanto, também concentra esforços na implementação de pactos locais e interestaduais e articulação para conectar atores chaves, visando a mobilização de esforços e recursos para a implementação de das ações estruturantes necessárias para zerar o desmatamento ilegal na região, entre as quais a locação de veículos, aeronaves e equipamentos. Prevê-se, ainda, a organização da logística regional para apreensões, construção de marco legal para efetivação de punições e acesso aos mosaicos de imagens. Três componentes formatam o programa, sendo eles:

Componente A – Intensificação da Fiscalização em Áreas Críticas, concentrada em microrregiões do arco do desmatamento;

Componente B – Revisão e renovação dos marcos legais dos estados e mobilização dos demais poderes na intensificação da Fiscalização em Áreas Críticas, concentrada em microrregiões do arco do desmatamento;

Componente C – Atualização dos planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento e queimadas, no prazo de um ano, com integração de ações para sua implementação e monitoramento efetivo de resultados, em médio e longo prazos. Os planos devem abordar vetores de desmatamento e abordá-los de maneira eficiente, com ações estruturantes e integradas, que contemplem, ao mesmo tempo, iniciativas de comando e controle, ordenamento territorial, produção sustentável e incentivos econômicos para a conservação.

Componente D - Aquisição de equipamentos para combate ao desmatamento e queimadas.

Ações estaduais vinculadas:

Todos os Estados – Desenvolvimento de pactos locais para ação integrada de investimentos, fiscalização e mobilização

Construção de pactos locais em cada Estado com os atores chave, identificando a realização de investimentos básicos e a mobilização de recursos complementares. A ação tem prazo de 2 anos.

Todos os Estados – Atualização dos Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento Ilegal.

A iniciativa consiste na atualização dos Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento Ilegal, nos nove estados da Amazônia. A ação tem prazo de 1 ano.

1.2 Fortalecimento dos programas de REDD+ e pagamento por serviços ambientais (PSA)

A fim de alcançar o pagamento por resultados, a partir da redução de emissões oriundas do desmatamento e degradação florestal - REDD+, o fortalecimento dos Programas de REDD+ passa pela estruturação dos sistemas jurisdicionais nos Estados Amazônicos, para o atendimento aos mais elevados padrões de integridade socioambiental. Esta iniciativa prevê a estruturação de marco regulatório, arranjo institucional e de governança, aconselhamento científico e definição da repartição de benefícios, atingindo ações para as diferentes categorias fundiárias e atendimento das salvaguardas socioambientais. Estes são critérios prioritários para o cumprimento dos altos padrões de qualidade de REDD+.

A criação de uma estrutura para a contabilidade das reduções de desmatamento e emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs), assim como dos créditos de carbono comercializados são medidas imprescindíveis para a confiabilidade dos Programas, de forma tal que estejam associadas à estratégia regional de combate ao desmatamento, tendo como base os PPCDs estaduais. Identificar, valorar e valorizar outros ativos ambientais além do carbono florestal também estão entre os objetivos desta ação, a fim de executar o pagamento por serviços ambientais (PSA) à proprietários rurais, agricultores familiares, populações tradicionais e comunidades indígenas. A seguir, projetos estaduais já aderidos ao PRV, vinculados a este Programa.

Ações estaduais vinculadas:

Todos os Estados – Plano de ação integrador para estruturação dos sistemas jurisdicionais de REDD+ nos 9 estados amazônicos.

Implementar Plano de Ação Integrado, abarcando todas as ações e medidas necessárias para a efetiva adequação do ambiente técnico-institucional dos estados associados, no que se refere à estruturação de seus Sistemas Jurisdicionais de REDD+, a fim de assegurar uma performance satisfatória, para o maior êxito no alcance das metas e compromissos estaduais de redução de desmatamento, que serão submetidas ao LEAF, em julho.

Amazonas – Definição de normas, princípios e critérios para o desenvolvimento de ações de REDD+ no Estado

Definição de normas, princípios e critérios para o desenvolvimento de ações de REDD+, criação de estrutura para alocação de reduções de emissões e de um sistema de registro. A ação tem um prazo de 3 anos.

Roraima – Incentivo a Pagamento por Serviços Ambientais e REDD+

Captação de recursos para implantação de programas de preservação ambiental com pagamento aos produtores pelas práticas sustentáveis. O prazo ainda não foi estimado.

Tocantins – Implementação de Programa Redução das Emissões dos Gases do Efeito Estufa por Desmatamento e Degradação (REDD+) Jurisdicional

Elaboração do Programa de REDD+ Jurisdicional e programas de salvaguarda para comercialização dos créditos de REDD+. Essa elaboração tem prazo de execução de 6 meses.

1.3. Programa de Restauração da Floresta Amazônica

A Amazônia tem hoje uma grande oportunidade econômica, social e ambiental a partir da restauração de suas áreas degradadas. E já existe iniciativas, empreendidas por empresas. Organizações e pessoas, fazendo essa restauração acontecer, no campo. Um levantamento feito pela Aliança pela Restauração da Amazônia identificou 2,7 mil iniciativas de restauração em toda a Amazônia brasileira, somando uma área total de 113 mil hectares já restaurados.

Esse Programa visa apoiar essas iniciativas já existentes e incentivar novos projetos de regeneração florestal, em todos os estados da Amazônia Legal, a exemplo de iniciativas previstas no Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), por meio do qual o estado do Pará busca o aumento progressivo de remoção de carbono a partir de restauração de áreas de floresta, assim como a redução progressiva de emissões de GEE decorrente de desmatamento.





Parque Estadual do Jalapão
Tocantins
Crédito: Daniel Andrade



Eixo 2 – Desenvolvimento produtivo sustentável

São quatro os Programas propostos para este eixo, que se traduzem em medidas para alavancar atividades econômicas e produtivas estratégicas na Amazônia Legal, visando fortalecer, acelerar e ampliar produção para cadeias prioritárias, nas diversas escalas da bioeconomia, a exemplo do Programa Bio-Produtos. Os esforços expressos neste eixo estão diretamente imbricados às demais iniciativas previstas para frear desmatamento, impulsionar inovação e com os princípios da infraestrutura verde, de modo que a transição almejada para uma economia de baixo carbono seja, efetivamente, possível.

Os Programas deste eixo envolvem atividades associadas a produtos florestais não madeireiros, ao extrativismo, à agricultura familiar, à produção tradicional, ao agronegócio, ao turismo e à indústria. Nesse contexto, várias ações desse Eixo visam também fortalecer a restauração florestal, como um vetor econômico relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. É um contraponto às atividades degradadoras, com baixa produtividade, rentabilidade e pequeno efeito redistributivo. Essas iniciativas foram formuladas levando em consideração as particularidades locais/estaduais, com visão integrada e regional, de modo a garantir que governo e iniciativa privada unam esforços para ampliar a capacidade de oferta da bioeconomia regional, construindo um ambiente de negócios favorável, ao conectar oferta e demanda, aproximando empreendedores e investidores. É o que se pretende fomentar com a criação da Plataforma “Bionégocios da Amazônia”.

Nesse sentido, as medidas de fortalecimento e estruturação de cadeias de valor tornam-se fundamentais para elevar o patamar de competitividade da bioeconomia da Amazônia Legal. Acesso aos recursos institucionais (créditos, assistência técnica, capacitação, etc.) para as populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas, podem promover a melhoria dos processos produtivos e da oferta, o aprimoramento das organizações sociais comunitárias, assim como a elevação da qualidade de vida.

Este eixo tem investimento estimado no valor de R\$ 450 milhões, para a primeira fase.

2.1 Programa BIOProdutos – Alavancagem das Cadeias de Valor da Bioeconomia Amazônica e aceleração de negócios verdes

O Programa BIOProdutos busca incentivar e alavancar as cadeias produtivas de baixo carbono e atividades não madeireiras. Destacam-se o fortalecimento das cooperativas e cadeias de valor de produtos florestais oriundos de povos tradicionais e das cadeias primárias prioritárias, nas diversas escalas da bioeconomia. A ação inclui medidas de diversificação dessas produções, aumento da capacidade produtiva e de comercialização, e a promoção de acesso a mercados. O Programa também prevê diferenciação através de marcas próprias, seja por produção (BIOproduto), seja por região (Município BIOprodutor), destacando as singularidades microrregionais.

Esse Programa (aceleração de negócios verdes) tem por objetivo impulsionar e beneficiar projetos e negócios verdes já existentes, bem como negócios emergentes, aumentando sua escala, desenvolvendo cadeias, através de indústrias nascentes sustentáveis. Para isso, o Programa prevê ações como implantação de pólos especializados em bioeconomia na Amazônia, com estruturação de biofábricas e laboratórios, o apoio e incentivos à aceleração de startups, promoção de estudos de viabilidade técnica para projetos pilotos inovadores e atração de investimentos capazes de viabilizar tais iniciativas, além da articulação interinstitucional e intersetorial para acesso a mercados e dinamização de negócios.



Mato Grosso
Crédito: SECOM-MT

Ações estaduais vinculadas:

Acre – Implementar Programa de Incentivo a Serviços Ambientais da Sociobiodiversidade, fortalecendo a captação

Promover a agricultura de baixo carbono e a estruturação de serviços ambientais. Cooperativas de povos tradicionais. A ação tem prazo previsto de 6 anos.

Acre – Fortalecimento das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros

Esse projeto visa ação conjunta com as cooperativas já existentes, visando fortalecer produtos não madeireiros regionais. O prazo dessa ação é de 4 anos.

Amapá – Levantamento de estoque de cadeias prioritárias definidas

Levantamento de estoques de cadeia primárias prioritárias (açaí, castanha do Brasil, cacau nativo, piscicultura e pescado). Produtores rurais do entorno das UCs. Prazo estimado de 2 anos.

Amapá – Prospecção de bioprodutos de interesse do mercado e de maior competitividade

Seleção das linhas de produtos das cadeias prioritárias (açaí, castanha do Brasil, cacau nativo, piscicultura e pescado). Prazo estimado de 1 ano.

Amazonas – Implantação de Polo Estadual de Bioeconomia do Amazonas (Amazônia 4.0)

Estabelecer as bases legais para implementação de projetos pilotos de cadeias produtivas (castanha, pirarucu, madeira, açaí, piscicultura) estruturando biofábricas na Amazônia. O projeto inclui empreendimentos comunitários, assentados e moradores próximos de Unidades de Conservação. Prazo estimado de 3 anos

Maranhão – Alavancagem da cadeia produtiva do Açaí Orgânico

Implantação da cadeia produtiva do açaí e recuperação de áreas degradadas. Comunidades nas Bacias dos Rios Itapecuru, Mearim, Pindaré, Parnaíba e Tocantins do Estado. Prazo estimado de 2 anos.

Pará – Bioeconomia “Pé no Chão”

Plano de ação para impulsionar o desenvolvimento econômico regenerativo e de baixo carbono, visando aumentar o volume de exportações do estado (cacau, pimenta e pescado), em articulação com os municípios, em um prazo de 12 meses.

Rondônia – Fortalecimento das Cadeias produtivas da castanha do Brasil e da Borracha Natural em RESEXs e T.Is do Estado

Estruturar a produção, acesso ao crédito e comercialização das cadeias da castanha do Brasil e borracha natural, além de outros produtos da sociobiodiversidade. 9 RESEX's, 2 terras indígenas e ainda seringueiros e castanheiros de 10 municípios. Prazo estimado de 4 anos.

Roraima – Plano de Agricultura de Baixo Carbono

Fortalecer práticas sustentáveis nas propriedades rurais do Estado. O prazo ainda não foi estimado.

Roraima – Roraima Agroambiental

Plano Agrícola do Estado que trabalha a produção, mas também na estruturação da valoração e valorização de ativos ambientais, com abrangência estadual.

Tocantins – Processamento e agregação de valor da cadeia produtiva do Pequi

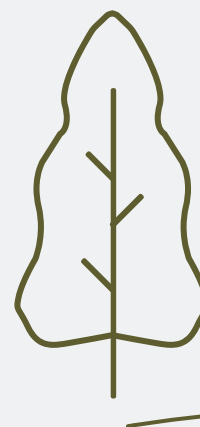
Estruturação de agroindústrias de beneficiamento dos frutos da biodiversidade do cerrado tocantinense. 90 trabalhadores em 3 municípios. Prazo de realização estimado de 2 anos.



2.2 Programa Governamental para Melhoria do Ambiente de Negócio e Segurança Jurídica e Ambiental do Território

O Programa visa estimular a economia verde por meio de medidas facilitadoras, para superar entraves de produção, industrialização e comercialização, com ênfase nas cadeias prioritárias da bioeconomia. Inclui iniciativas como: 1) padronização de protocolos para a eficiência dos processos de licenciamento ambiental; 2) criação de plataforma para identificação de cadeias sustentáveis, incluindo a cadeia da pecuária não proveniente de áreas de desmatamento ilegal; 3) estabelecimento de marcos legais que favoreçam a regularização sanitária com ênfase na regulamentação de políticas e normas; 4) rede de parceria público-privada para ampliar a assistência técnica a produtores rurais; e 5) articulação com prefeituras e consórcios municipais para a estruturação das compras institucionais, entre outras.

Um dos componentes do Programa prevê o desenvolvimento e implementação de uma plataforma digital, integradora de iniciativas dos nove estados da Amazônia Legal, para fomentar empreendimentos e negócios ligados à bioeconomia, facilitando a conexão entre produtores e financiadores, vendedores e compradores, apoiando a comercialização de produtos amazônicos. Os beneficiários são produtores e empreendedores rurais e urbanos, comunidades extrativistas, quilombolas e indígenas, com atuação em bionegócios. Espera-se conectar oferta e demanda, bem como aproximar empreendedores e investidores, elevando a curva de aprendizagem empresarial, o aumento do faturamento de pequenas empresas e a ampliação dos canais de promoção e de comercialização.



A base para a alavancagem de negócios sustentáveis na Amazônia está também na relação direta com o estabelecimento da segurança jurídica e ambiental do território e a convergência de informações estratégicas aplicadas às políticas públicas. Com vistas a resultados de curto prazo, são almejados modelos que simplifiquem os processos sem, contudo, flexibilizar ou fragilizar a proteção socioambiental.

Sobre a segurança jurídica, é importante endereçar questões de ordenamento territorial e regularização fundiária com base em análises e priorização de regiões para a sua execução. Para a segurança ambiental, o avanço da situação cadastral do Cadastro Ambiental Rural – CAR depende de inovações tecnológicas para resolução dos entraves atuais e atingir uma dinâmica de responsabilização pelo uso do solo e proteção da vegetação nativa das propriedades e posses rurais. Cabe ressaltar ações relacionadas à padronização dos procedimentos para o licenciamento ambiental e a ampliação da divulgação e transparência dos dados e o aprimoramento dos sistemas estaduais.

Nesse sentido, a geração e sistematização de informações ambientais, fundiárias e produtivas é essencial para fortalecer a governança territorial e garantir o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção das populações locais. A conectividade das informações produzidas e utilizadas pelos estados promoverá aumento da confiabilidade de dados e a tomada de decisão com base em informações estratégicas.

Para isso, essa ação contempla a integração das bases de informações em plataforma digital, associado a um sistema de monitoramento da vegetação nativa primária e secundária, com atualizações sobre os avanços no cadastro ambiental rural (CAR) e dos processos de licenciamento e outros procedimentos gerenciados pelos estados. O levantamento e validação da base cartográfica e rede geodésica na Amazônia Legal é uma das ações previstas. A disponibilidade e transparência das informações beneficiarão governos subnacionais e locais, agentes financeiros e econômicos, iniciativa privada, organizações sociais e populações locais.

Ações estaduais vinculadas:

Todos Estados

Desenvolvimento de plataforma integrada de negócios amazônicos, baseados em bioeconomia. Prazo de 2 anos.

Todos Estados – Atualização do portal de licenciamento ambiental

Atualização do portal de licenciamento ambiental, análise de impacto de novas medidas legais, acompanhamento dos trâmites de novos instrumentos legais e prospecção de novas soluções tecnológicas para aprimorar sistemas de licenciamento em todos os nove estados. A ação tem prazo de 1 ano.

Todos Estados – Monitoramento dos avanços no cadastro, análise e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos Estados da Amazônia

Monitoramento dos avanços do CAR, em cada um dos nove estados da Amazônia Legal, com recursos de contrapartida dos estados, com o apoio de organizações parceiras. Periodicidade anual.

Amapá – Uniformização de procedimentos de licenciamento para cadeias prioritárias

Padronização dos protocolos para eficiência dos processos de licenciamento ambiental para cadeias prioritárias (açaí, castanha do Brasil, cacau nativo, piscicultura e pescado). Prazo da ação estimado de 1 ano.

Amapá – Criação de plataforma para bionegócios

Facilitar a conexão entre produtores e financiadores de pequenos negócios ligados à bioeconomia. Prazo estimado de 6 meses.

Amapá – Implantação de Central de Negócios de produtos da sociobiodiversidade

Apoiar a divulgação e a comercialização de produtos de bionegócios. Produtores, extrativistas, empreendedores. Prazo estimado de 2 anos.

Amapá – Desenvolvimento de Plataforma de iniciativas para o Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia e de Produção Orgânica

Acompanhar, dar suporte e certificar programas e iniciativas para o Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia e de Produção Orgânica. Empresas, sociedade civil organizada, terceiro setor, municípios, produtores rurais e Governo do Pará. Prazo estimado de 1 ano.

Amazonas – Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Amazonas

Metodologia para elaboração e diagnóstico e prognóstico do ZEE, delimitação e caracterização das unidades de manejo ambiental e socioeconômicos, plano de ação, mapa de gestão e minuta de Lei do ZEE. Prazo estimado de 3 anos.

Pará – Criação de Plataforma pública para rastreabilidade da cadeia da pecuária

Visando o controle e garantia de produções não decorrentes de áreas de desmatamento. Produtores rurais, pecuaristas, frigoríficos, Ministério Público Federal e o Governo do Pará. Prazo estimado de 2 anos.

Pará – Desenvolvimento de Sistema de Mapeamento e Monitoramento da Vegetação Secundária

Estruturação de inventário e sistema de monitoramento da vegetação secundária no Estado do Pará, beneficiando produtores rurais. A ação tem prazo estimado de 2 anos.

Roraima – Plataforma PARR

Criar e desenvolver Plataforma on-line para venda no varejo e atacado de produtos de pequenos produtores e artesãos. Prazo ainda não estimado.

Roraima – Avaliação e atualização do arcabouço da legislação ambiental do Estado

Atualizar a legislação ambiental por meio de consultoria estadual. Prazo ainda não estimado.

2.3 Programa Renda para Famílias Agricultoras, associado a programas de compras institucionais e projetos de recuperação florestal

Este programa tem dois componentes, sendo que o primeiro é composto por ações que visam fortalecer a agricultura familiar, a pequena e média produção rural e a produção das comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, envolvendo a produção e comercialização de cadeias produtivas tradicionais e produção orgânica nas áreas de fruticultura, pescado, leite e derivados, produtos do extrativismo, mel, hortaliças, criação de pequenos animais e silvicultura integrada à produção de culturas de ciclo curto.

São beneficiários do projeto as cooperativas, sociedades agrícolas, famílias residentes em comunidades rurais e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Busca-se o incremento produtivo sustentável, com objetivo de destinar essa produção aos programas de compras públicas de aquisição de alimentos, para suporte à segurança alimentar, melhorando a qualidade nutricional dos alimentos, com estímulo à diversificação das atividades agrícolas e combate ao êxodo rural.

O segundo componente do Programa está relacionado à Restauração Florestal, que possui um relevante papel como um vetor de transformação, tanto de mudança no cenário de desmatamento, como na geração de emprego. Porém, até hoje suas potencialidades não foram plenamente exploradas. A iniciativa se propõe a fortalecer a cadeia produtiva florestal, contemplando o estabelecimento de viveiros florestais, arranjos de valorização de coletores para bancos de sementes, a produção de mudas de essências florestais nativas, e a elaboração de metodologias simplificadas para o reflorestamento e a recuperação ambiental das áreas degradadas por atividades agropecuárias ou industriais.

Essa recuperação pode se dar a partir de modelos voltados à recomposição com fins econômicos, visando a geração de renda, empregos e cidadania às comunidades locais, a exemplo de programas estaduais como o de revitalização de bacias hidrográficas, no Tocantins, recuperação de áreas de mineração, no Amapá, a criação de banco de sementes, no Pará, a promoção da cidadania, no Maranhão e do fortalecimento do PRA, no estado do Acre.

Todas estas iniciativas têm por objetivo fomentar a cadeia florestal, a estruturação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) nos estados e de instrumentos econômicos, visando a regularização e a recuperação dos passivos ambientais da Amazônia. São exemplos de modelos que serão estimulados por ações neste âmbito os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e a Integração Lavoura-Pecuária-Florestas (ILPFs).

Ações estaduais vinculadas:

Acre – Fortalecimento de empreendimentos rurais com potencial de comercialização e suporte à segurança alimentar – incremento produtivo comunitário sustentável – IPCs

Incrementar a produção e a comercialização das cadeias produtivas tradicionais (leite e derivados, da produção de mandioca e derivados, da fruticultura (maracujá, banana, abacaxi, mamão, graviola) hortaliças, extrativismo (castanha, açaí) por meio de assistência técnica e suporte logístico aos produtores rurais. 5 Regionais Administrativas do Estado e 20 comunidades rurais. A ação tem prazo de 2 anos.

Maranhão – Fortalecimento da cadeia produtiva do Mel-Abelhas sem ferrão

Produção de mel e derivados com 264 caixas distribuídas para 90 famílias. Prazo estimado de 1 ano.

Maranhão – Programa de Produção de Hortaliças Orgânicas para programas de alimentação escolar, programa de aquisição de alimentos e mercados locais

Hortas com cultivos protegidos e uso de estufas e viveiros no Estado em 120 canteiros distribuídos em 60 famílias. Prazo estimado de 1 ano.

Maranhão – Pesca extrativista marinha visando alavancar o biocomércio no polo costa amazônica

Abrangência estadual, a partir do Pólo Costa Amazônica, em parceria com agências do governo e UFMA e UEMA, pretende-se fortalecer e impulsionar a pesca extrativa por meio do incentivo entre a produção, a indústria e o comércio, com foco na geração de negócios e postos de trabalho para jovens de municípios litorâneos. Prazo estimado de 1 ano.

Maranhão – Piscicultura sustentável no Maranhão: contribuindo para a alavancagem do Plano Recuperação Verde do bioma amazônico”

Abrangência estadual a partir dos Pólos das Águas e Turi, em parceria com entidades do governo, agências de fomento, instituições de C&T, pretende-se fortalecer e impulsionar a piscicultura por meio do incentivo entre a produção, a indústria e o comércio. O prazo ainda não foi estimado.

Maranhão – Estruturação da cadeia de produção do mel nos municípios da região amazônica do Estado do Maranhão

Organizar, ampliar e fortalecer os processos de produção, beneficiamento e agregação de valor do mel e derivados, atendendo dois mil apicultores e meliponicultores com o intuito de aumentar a produção em 1.000 toneladas de mel de abelhas/ano, aumento de 50%, promovendo arranjos produtivos locais com abrangência nos municípios de: Açailândia, até Vila Nova dos Martírios, com parceria da Suzano. Prazo estimado de 4 anos.

Maranhão – Produção de Galinha Caipira no Sistema Semi-Intensivo

Criação no sistema semi-intensivo para restaurantes, mercados, domicílios, merenda escolar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a partir de 2350 animais distribuídos em 37 famílias. Previsão de prazo para realização de 1 ano.

Roraima – FlorestaRR

Implantar 100 ha de silvicultura integrada a produção de culturas de ciclo curto e criação de pequenos animais, em parceria com o Governo do Estado e a Oxe Energia. Ação com prazo estimado de 1 ano.

Tocantins – Produção de Peixes nativos em aldeias indígenas e quilombolas

Garantir a segurança e soberania alimentar, e a geração de renda para as comunidades indígenas e quilombolas, por meio da implantação de projetos sustentáveis de piscicultura, com espécies amazônicas. Prazo estimado de 2 anos.

Acre – Fomento ao Programa de Regularização Ambiental-PRA

Execução de projetos de recomposição da vegetação por meio da implantação de Sistemas Agroflorestais, em propriedades e posses rurais da agricultura familiar. A ação tem prazo de 3 anos.

Amapá – Recuperação de área de mineração de pequena escala

Realizar mapeamento e projetos de recuperação de área degradada com mineração no Amapá, nos municípios de Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque, Mazagão e Calçoene. Investimentos estimados em R\$10,5 mil/ha, em 10 anos. A ação tem prazo de 10 anos.

Maranhão – Recuperação ambiental e cidadania Programa Maranhão Verde

Beneficiamento de Famílias rurais com uma bolsa no valor de R\$ 300,00 bimestrais, mediante capacitações, coleta de sementes, produção de mudas, manutenção de viveiros e plantio de mudas. O projeto tem prazo de 2 anos.

Maranhão – Implementação de Viveiro de Mudanças Nativas

Produção de mudas florestais e frutíferas por meio do uso de sementes nativas e de estufas e viveiros, sendo 84 mil mudas/ano no total de 45 famílias no Estado do Maranhão. Prazo de 1 ano.

Pará – Criação de bancos de sementes e mudas

Criação de bancos de sementes e de mudas nativas, abrangendo os municípios do Estado, localizados no “arco do desmatamento” e regiões adjacentes. Prazo de 7 anos, sendo, 2 anos para implementação e 5 anos para a consolidação.

Rondônia – Fomento do mercado da floresta plantada no Estado de Rondônia

Apoio ao cultivo e manejo de florestas plantadas de pinus para alavancar o desenvolvimento da região do Cone Sul. Prazo de 9 anos.

Tocantins – Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas

Revitalizar cinco bacias hidrográficas no Estado, com ações de recomposição da vegetação nativa, implantação de técnicas de conservação de solo e água, instalação da rede de monitoramento qualitativo da água, etc. A ação tem prazo estimado de 3 anos.





Amapá
Crédito: Maksuel Martins
SECOM-AP

2.4 Programa Interestadual de Desenvolvimento do Turismo Verde na Amazônia

O programa objetiva estruturar e qualificar a cadeia produtiva do turismo em toda a região amazônica, para diversos segmentos. Será dada ênfase ao turismo verde, associado às riquezas naturais, paisagísticas, socioculturais e ambientais de cada território, nos nove estados amazônicos, envolvendo a visitação de áreas protegidas, comunidades tradicionais, a pesca esportiva, o ecoturismo, considerando as vocações locais, diferentes públicos e a valorização da economia verde. Espera-se consolidar o desenvolvimento turístico sustentável na Amazônia Legal, por meio da diversificação da oferta turística, geração de receita, emprego e renda e aumento do fluxo turístico.

Ações estaduais vinculadas:

Amazonas – Fomento e transformação nos quatro pilares que consolidam um destino turístico, no âmbito do Prodetur: destino, divulgação, canais de venda, e logística


Desenvolver ações de estruturação, organização, promoção, comercialização de produtos turísticos no âmbito do Programa Estadual de Turismo em Áreas Protegidas, em 17 municípios, em 14 UC's e 3 APA's no Estado. Ação com prazo estimado de 4 anos.

Roraima – Rotas Amazônicas Integradas – RAI

Ações de promoção integrada e cooperada de produtos turísticos da região norte, nas principais feiras internacionais.

Tocantins – Implementação do Plano Estadual de Pesca Esportiva

Segmentação turística da pesca esportiva no Estado. Ação com prazo estimado de 3 anos.



Tocantins
Crédito: Rafael Cavalcante
SECOM-TO

Eixo 3 – Tecnologia verde e capacitação

O desenvolvimento sustentável é indissociável da inovação e da tecnologia para o aumento da produtividade do trabalho e para gerar novas soluções de menor impacto ao meio ambiente. No caso do Plano de Recuperação Verde da Amazônia Legal, associa-se a isso a necessidade de combater as desigualdades regionais, gerar emprego e renda de maior valor agregado e combater o êxodo para áreas mais dinâmicas dentro e fora do país. Entende-se que para se alcançar tais objetivos é necessário investir na educação de base, tecnológica e no ensino superior. Fortalecer a infraestrutura dos serviços de cuidados relativos à educação e à saúde é condição necessária para a transformação da matriz econômica atual em uma matriz econômica verde.

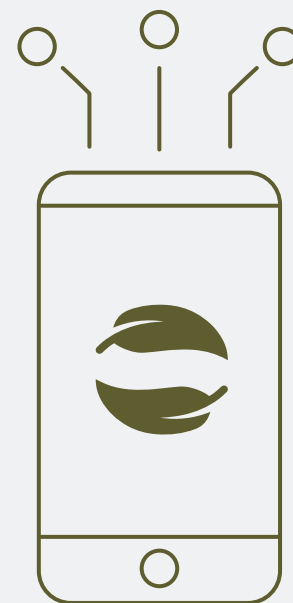
Sendo assim, o eixo “Tecnologia Verde e Capacitação” forma um dos quatro pilares do PRV. A proposta é fomentar ações que permitam fortalecer o ecossistema de pesquisa e inovação científica e tecnológica, propor novas ações transversais nos diversos níveis de formação que sejam ousadas, de acordo com vocação da região, aprimorando a capacidade produtiva dos atores que já atuam na Amazônia, utilizando-se de parcerias nos diversos setores. O objetivo é possibilitar a transição para uma nova economia verde com maior sofisticação tecnológica e potencial exportador, e, sobretudo para o desenvolvimento nacional.

Para a primeira fase do PRV, está previsto um aporte inicial de R\$ 225 milhões para o Eixo 3.

3.1 Programa Territórios de Inovação – Investimentos, Tecnologia e Inovação para uma economia verde

O Programa visa estabelecer parcerias com instituições de pesquisa e iniciativa privada para apoio à criação de startups e fomento à aceleradoras e incubadoras de negócios da bioeconomia, promovendo ambientes de inovação em negócios de bioeconomia e outros, criando oportunidades especialmente para jovens provenientes das Universidades da região.

O Programa inclui a realização do Fórum Anual de Inovação em Investimentos na Bioeconomia Amazônica, uma iniciativa conjunta de diversos atores públicos e privados brasileiros, organizados na iniciativa Uma Concertação Pela Amazônia e do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, na busca de fomentar o debate voltado para o desenvolvimento sustentável da região amazônica de maneira plural e democrática. Tem como Objetivos: (1) Articular e fortalecer a diversidade nas redes de investimento em bioeconomia amazônica; (2) Articular conhecimento e referências inovadoras em investimento para guiarem políticas públicas, visando o desenvolvimento da bioeconomia amazônica; (3) Articular e mobilizar investidores para bionegócios.

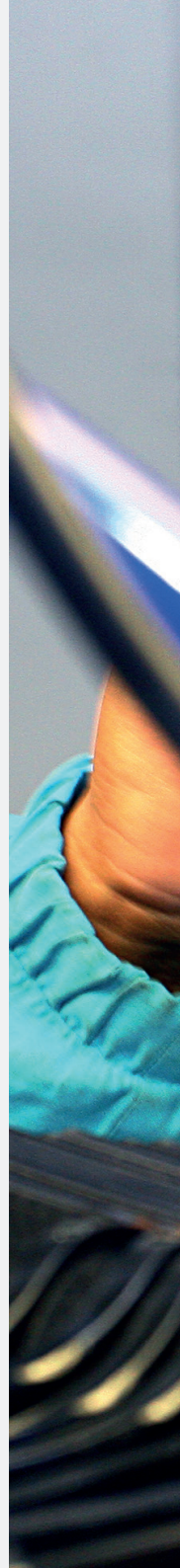


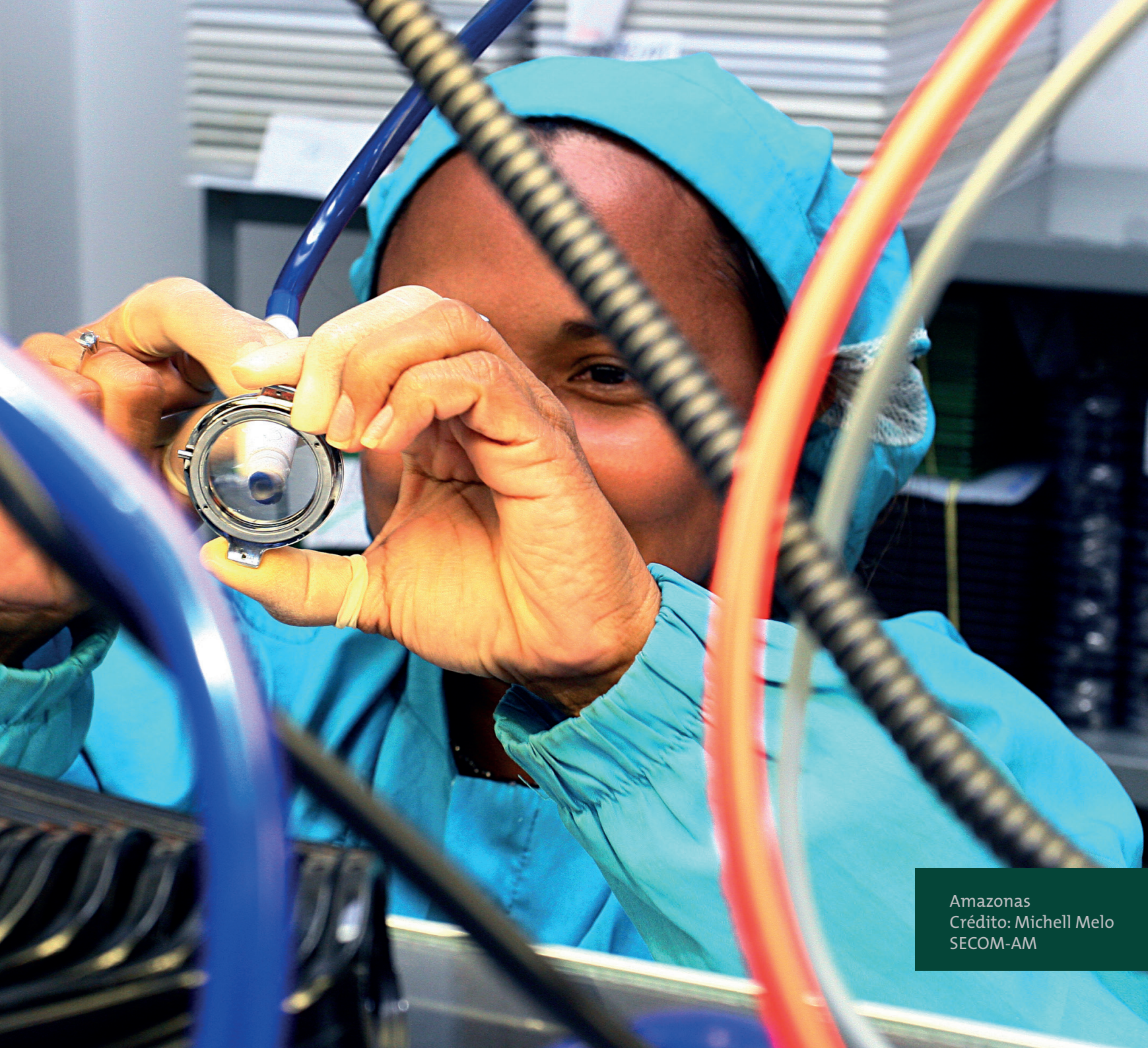
3.2 Fomento ao Complexo Econômico Industrial de Saúde (CEIS)

A Pandemia da Covid-19 evidenciou a vulnerabilidade do Brasil em relação à sua dependência externa, desde a produção de EPIs, até insumos farmacêuticos para o enfrentamento da Pandemia. A Fundação Oswaldo Cruz há décadas alerta para a necessidade de o Brasil desenvolver um Complexo Econômico e Industrial em Saúde capaz de aliar as dimensões econômica, produtiva, tecnológica e social do acesso à saúde. A região Amazônica possui território, Institutos de Pesquisa, Universidades, capacidade produtiva e matérias primas para liderar tal projeto. Compreende-se a necessidade de se fortalecer a infraestrutura de serviços de cuidados que engloba desde ações de educação até as diversas formas de se cuidar da saúde. Sendo assim, a proposta desta iniciativa é fomentar um polo de desenvolvimento em saúde na região Amazônica, que alie indústria e inovação em saúde, desenvolvido em conjunto com parceiros, como a Fiocruz e grupos de pesquisa, utilizando-se dos recursos naturais da floresta.

3.3 Fomento às Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais

Para promover o desenvolvimento de Pesquisa & Tecnologia na Amazônia Legal, o Programa prevê a destinação de recursos para as Fundações estaduais de Amparo à Pesquisa, a serem utilizados na elaboração de editais de pesquisa técnico-científicas que contribuam com o escopo do PRV.





Amazonas
Crédito: Michell Melo
SECOM-AM

Eixo 4 – infraestrutura verde

O quarto pilar do PRV é pensar uma estratégia de desenvolvimento a partir do conceito de infraestrutura verde, ou seja, a infraestrutura necessária para conectar e dar suporte a um projeto mais amplo de economia verde. A infraestrutura verde compatibiliza o objetivo de redução da emissão de carbono com formas existentes de organização do espaço. Trata-se de investimentos que sustentam benefícios ambientais, sociais e econômicos por meio de soluções naturais. A infraestrutura verde contrasta com a chamada “infraestrutura cinza” e, previne seus danos materiais (enchentes, deslizamentos, estiagem, poluição, alto consumo de energia) e melhora as condições de vida da população local, através da despoluição de rios, promove a recuperação da qualidade do ar, acesso e criação de espaço de lazer verdes, promove a geração de novos empregos e a valorização do turismo local, dentre outros. Neste eixo são apresentados 02 Programas, englobando iniciativas em todos os estados nas diretrizes de: conectividade e inclusão digital, e desenvolvimento em turismo verde.

Para a primeira fase do PRV serão destinados R\$ 450 milhões a serem investidos nos programas 01 (Conectividade, inovação, transformação e inclusão digital, elemento estruturador na infraestrutura verde para a Amazônia Legal) e 02 (Programa de Desenvolvimento de Turismo Verde na Amazônia). Outros programas envolvendo demais questões de infraestrutura verde (ex.: saneamento básico, mobilidade urbana, integração regional, etc) serão realizados em fases futuras de implementação do PRV.

4.1 Conectividade, inovação, transformação e inclusão digital, elemento estruturador na infraestrutura verde para a Amazônia Legal

Segundo dados do IBGE (2018), enquanto no Brasil 79,1% das pessoas utilizavam a internet, na Amazônia Legal esse número caía para 73%. Outro dado que chama a atenção é a indisponibilidade do serviço de acesso à internet na área do domicílio. Nessa categoria, cerca de 25,9% dos domicílios da Amazônia Legal não têm cobertura, o que a coloca muito distante da média nacional (7,5% dos domicílios), evidenciando a necessidade de investimentos em infraestrutura de conectividade.

Além disso, o distanciamento e o isolamento social decorrentes da pandemia de Covid-19 evidenciaram ainda mais a importância da inclusão digital na vida das pessoas. Com as transformações geradas pelas novas tecnologias na sociabilidade das pessoas, o acesso à internet e a equipamentos de informática passam a ser uma necessidade quase tão básica quanto o acesso à energia elétrica. Entretanto, em 2018, segundo o IBGE, quase 25% da população brasileira ainda não acessava a internet, seja por falta de infraestrutura, habilidade ou conhecimento ou impossibilidade de pagar por equipamentos de informática. O acesso à internet nas zonas rurais nas regiões Norte e Nordeste é ainda mais precarizado.

O Programa de Conectividade e Inclusão Digital, além de visar a ampliação da rede de cabos de fibra óptica e sinal de rádio nos estados da Amazônia Legal, também pretende promover inclusão digital, acesso à educação, cultura, serviços públicos digitais e melhoria no ambiente de negócios. É um projeto de infraestrutura verde, de inclusão e cidadania.

Ações estaduais vinculadas:

Todos os Estados – Programa Conecta Amazônia

A iniciativa prevê a expansão da rede de infraestrutura para acesso à internet (fibra óptica e sinal de rádio) para todos os estados da Amazônia Legal.

Amazonas – Amazonas Conectado - Infovia do Solimões

A infovia Solimões vai fazer a interligação Coari-Tefé-Tabatinga e será a primeira fase de implantação da rede de cabos de quase 7,5 mil quilômetros de extensão que, até a sua conclusão, vai interligar todos os municípios do Amazonas. O projeto será executado pelo Exército, em parceria com Governo do Amazonas, através da empresa de Processamento de Dados do Amazonas (Prodram), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA), além do Ministério da Defesa, Telebrás, Eletrobrás e Ibama, entre outros. A ação tem prazo estimado de 3 anos.



4.2 Programa de Desenvolvimento de Turismo Verde na Amazônia

A diversidade da Amazônia possui elevado potencial turístico. Entretanto, esse potencial ainda é subaproveitado por falta de infraestrutura e de desenvolvimento de serviços e fomento adequados. Por isso, essa ação prevê um programa integrado de desenvolvimento do turismo verde na Amazônia Legal, a exemplo do que ocorreu no Nordeste brasileiro na década de 1990, através do PRODETUR. O programa consiste em buscar as principais regiões com vocação para o turismo verde, identificar seus gargalos e investir em melhorias na infraestrutura da região, a fim de possibilitar o desenvolvimento em turismo. O Programa prevê, ainda, incentivar e auxiliar os estados a submeter projetos ao PRODETUR para aportar mais recursos para essa finalidade.

Amazonas – Fomento e transformação nos quatro pilares que consolidam um destino turístico, no âmbito do Prodetur: destino, divulgação, canais de venda, e logística

Desenvolver ações de estruturação, organização, promoção, comercialização de produtos turísticos no âmbito do Programa Estadual de Turismo em Áreas Protegidas, em 17 municípios, em 14 UC's e 3 APA's no Estado. Comunidades locais, empreendedores e profissionais do turismo, e turistas. Prazo estimado de 4 anos.

Tocantins – Implementação de Planos de Desenvolvimento Regional do Turismo para 7 Regiões

Infraestrutura, produtos turísticos e serviços abrangendo os municípios de Jalapão, Serras Gerais, Cantão, Ilha do Bananal, Vale dos Grandes Rios, Bico do Papagaio e Serras e Lago. A ação tem prazo estimado de 5 anos.

7 • Financiamento do plano

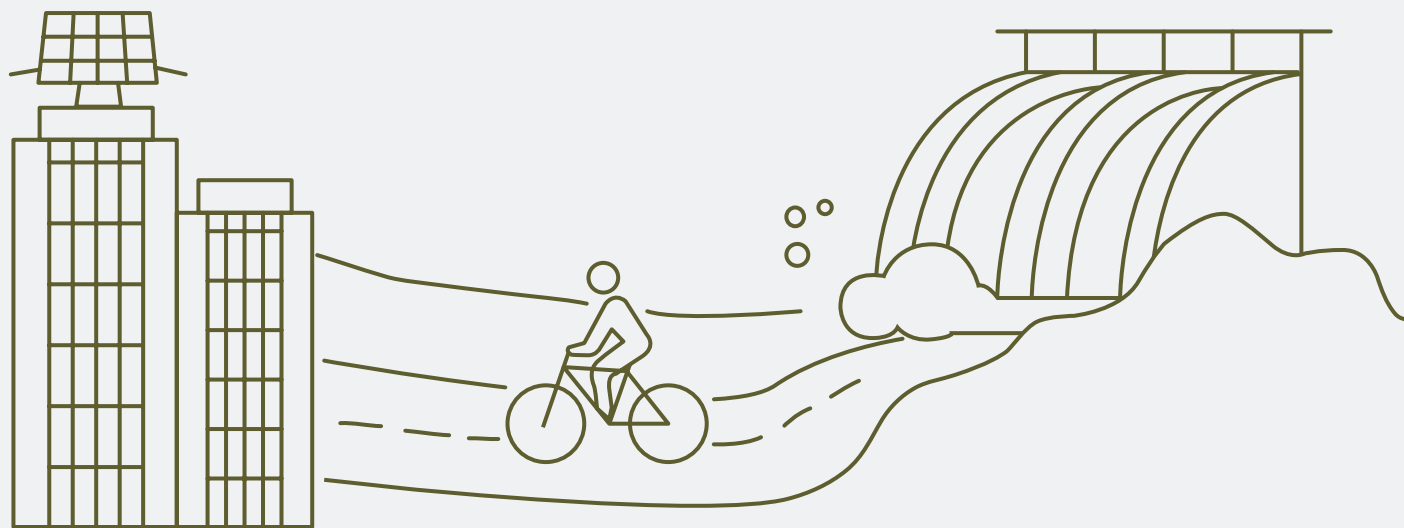
Os recursos para financiar a carteira de projetos do PRV serão públicos e privados, externos e internos. Tais recursos serão captados por meio do Mecanismo Financeiro do Consórcio, instituído para esse fim. O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio é o agente financeiro do Mecanismo.

O Mecanismo Financeiro é um instrumento que consolida um sistema de captação de recursos destinado a viabilizar e operacionalizar a carteira de projetos do Consórcio e o Portfólio de Programas do Plano de Recuperação Verde. A decisão de adotar a estratégia de criação do Mecanismo foi pactuada pelos governadores durante o Amazon Madrid, em dezembro de 2019, por ocasião da COP-25.

Todas as peças constitutivas do Mecanismo tramitaram pelas Procuradorias dos Estados do Amapá e do Maranhão, estados sede dos presidentes do Consórcio, no exercício de 2019/2020, governador Antônio Waldez Góes, e do Presidente atual, governador Flávio Dino, exercício 2021. Neste ano, o Consórcio firmou com o Funbio o Acordo de Cooperação Técnica, por meio do qual o Mecanismo se operacionaliza. O ACT e seus anexos foram publicados no Diário Oficial nº 964, de 06 de abril de 2021, incluindo a política de execução e a estrutura de governança.

A governança do Mecanismo conta com a participação de representantes das instâncias deliberativas e executivas do Consórcio e de representantes da sociedade civil, academia, sendo 06 representações da sociedade civil e 06 representações da academia, conforme ilustra a figura a seguir.





8

Coalizão de Forças pela Recuperação Verde da Amazônia

Um Plano dessa magnitude só se faz se amparado por uma ampla gama de atores locais, regionais, nacionais e internacionais, dos setores público e privado. A Amazônia legal é antes de tudo uma questão brasileira, mas sabemos que seu desenvolvimento sustentável impacta todo o planeta. Compactuamos uma visão colaborativa e de governança global para solução das questões climáticas. Por isso, o PRV envolverá as organizações da sociedade civil e terceiro setor que possuem trabalhos na região amazônica, governos locais, estaduais e nacional, empresas nacionais e internacionais engajadas na ação climática e no desenvolvimento regional, fundos internacionais, governos estrangeiros e organizações multilaterais.

Uma coalizão de atores não apenas para apoio ou alinhamento no nível estratégico, mas sobretudo para construir um processo de adesão ao PRV, no nível de sua implementação, com ações convergentes e complementares sendo agregadas, com uma estrutura de governança e coordenação pactuada.

Acre
Crédito: Marcos Vicentti



9

Referências bibliográficas

ALFENAS, Flávia.; CAVALCANTI, Francisco.; GONZAGA, Gustavo. Mercado de Trabalho na Amazônia Legal: uma análise comparativa com o resto do Brasil. Amazônia 2030, 2020.

BRASIL. ComexStat. 2021. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 07 abr. 2021.

COMISSÃO EUROPEIA (European Comission). Green Infrastructure (GI): Enhancing Europe's Natural Capital, Bruxelas, 2013.

COSLOVSKY, Salo. Oportunidades para exportação de produtos compatíveis com a floresta na Amazônia Brasileira. Amazônia 2030, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Populacional. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Regionais – SCR. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pnad Contínua. Pesquisa Suplementar Tecnologias da Comunicação e da Informação. 2018.

IEMA – Instituto de Energia e Meio Ambiente. LOISEAU, E.; SAIKKU, L.; ANTIKAINEN, R.; DROSTE, N.; HANSJÜRGENS, B.; PITKÄNEN, K.; LESKINEN, P.; KUIKMAN, P.; THOMSEN, M. Green economy and related concepts: An overview. *Journal of cleaner production*, 139, 361-371, 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento. Brasília, 2017.

LEITE, Camila Cardoso; SOUSA, Vinicius. Exclusão Elétrica na Amazônia Legal: quem ainda está sem acesso à energia elétrica? (Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA), São Paulo, 2020.

OCDE. The Bioeconomy to 2030: Designing a Policy Agenda, 2009.

SILVA, Martim Francisco de Oliveira e; PEREIRA, Felipe dos Santos; MARTINS, José Vitor Bomtempo. A bioeconomia brasileira em números. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 47, p. [277]-331, mar.

UNEP (United Nations Environmental Programme). Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. 2011.

YOUNG, Carlos Eduardo. Exclusão ambiental e desigualdade no Brasil. In: MATHIAS, J.; SARAIVA, L. (org.) Igual-desigual: história e economia das desigualdades antes, durante e após a pandemia. São Paulo: Hucitec, 2020. cap. 17. p.255-265., 2020

RODRIGUES, Ana S. L.; EWERS, Robert M.; PARRY, Luke; SOUZA JR, Carlos; VERÍSSIMO, Adalberto; BALMFORD, Andrew. Boom-and-Bust Development Patterns Across the Amazon Deforestation Frontier. Science, v.324, s/n, p.1435-1437, 2009.



